



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS.
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS**

VIVANIA SANTOS DE JESUS

**IDENTIFICANDO OS AGRICULTORES FAMILIARES DA CIDADE DE
SÃO FELIPE NA BAHIA: VISIBILIZANDO SUJEITOS,
TRAJETÓRIAS E DEMANDAS**

Cruz das Almas
2018

VIVANIA SANTOS DE JESUS

**IDENTIFICANDO OS AGRICULTORES FAMILIARES DA CIDADE DE
SÃO FELIPE NA BAHIA: VISIBILIZANDO SUJEITOS,
TRAJETÓRIAS E DEMANDAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito complementar para a obtenção do título de Tecnóloga em Gestão de Cooperativas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eliene Gomes dos Anjos.

Cruz das Almas
2018

VIVANIA SANTOS DE JESUS

**IDENTIFICANDO OS AGRICULTORES FAMILIARES DA CIDADE DE
SÃO FELIPE NA BAHIA: VISIBILIZANDO SUJEITOS,
TRAJETÓRIAS E DEMANDAS**

Este Trabalho de Graduação foi julgado adequado para obtenção do título de Tecnólogo (a) em Gestão de Cooperativas, e aprovado pelo curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Aprovada em 24/08/ 2018

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Eliene Gomes dos Anjos (Orientadora/UFRB)

Prof^a. Dr^a. Ana Georgina Rocha (Examinadora I/UFRB)

Prof^a. Ms. Cibele Cristina Bueno de Oliveira (Examinadora II/SASOP)

Cruz das Almas-BA
2018

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me permitido trilhar este caminho e concluir mais uma etapa importante de meu grande sonho, que agora vira realidade.

A meus pais, Jorgita dos Santos e Vivaldo de Jesus, por sempre acreditarem no meu potencial, torcendo pela minha vitória, compreendendo minhas ausências. A meu filho, Adriano de Jesus Marques, presente que Deus me proporcionou, é você que me dá entusiasmo, me concedendo coragem de lutar em busca de melhores condições de vida e com isso ser um espelho para você.

Agradeço a meu esposo, Ediney dos Santos Magalhães, pessoa extraordinária, que de forma especial foi, por todos estes anos, um estudante, grata pelo apoio, compreensão e amor dedicado a mim em todos os momentos, por ter acreditado e me incentivando.

A minha grande amiga, Iraildes Teixeira de Sena, pela grande colaboração na revisão do texto. Por ter me cedido sua casa para que eu pudesse usar seu computador, dentre outros itens, agregando valor a meu trabalho. A Mônica dos Santos pela solidariedade, ajuda na revisão das referências, formatação do texto, compreensão a todo o momento.

Agradecimento a meus irmãos Júlio Cesar, Viviane, Edivaldo Jorge, Sueli e Jirlene pela torcida.

Agradeço aquelas pessoas que de alguma forma contribuíram com materiais didáticos, suprimindo dúvidas para a construção teórica deste trabalho. A Eliene Gomes dos Anjos, minha orientadora, pelo apoio em toda minha caminhada de graduação e de modo especial por ter contribuído com seus conhecimentos para a construção deste trabalho. Pela dedicação, compreensão, paciência e por ter sempre acreditado em mim, me proporcionando grandes possibilidades.

Agradeço também a todos os entrevistados das cinco comunidades rurais do município de São Felipe na Bahia, os quais aceitaram contribuir para a pesquisa.

RESUMO

Essa pesquisa discute a categoria agricultor familiar e a diversidade de sujeitos reconhecidos nesta denominação para efeito das políticas públicas. Discute a Lei 11.326/2006 que orienta a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Discorre sobre a pluriatividade na agricultura e faz uma explanação sobre a agricultura familiar na Bahia, além de discorrer sobre a importância dos formatos associativos para essa categoria. Além disso, contextualiza o Território do Recôncavo da Bahia e o município onde foi desenvolvida a pesquisa, a cidade de São Felipe. Para a análise de campo foi realizada uma pesquisa exploratória, com uma abordagem qualitativa, com um roteiro de entrevista semiestruturado o qual orientou a realização de 10 entrevistas em 5 comunidades rurais com os denominados agricultores familiares, dos quais 6 são homens e 4 mulheres. Os resultados obtidos apresentam o perfil dos entrevistados e identifica se entre os agricultores há ocorrência da pluriatividade para assegurar sua reprodução e dos seus familiares, verifica se os mesmos possuem e se utiliza do documento que lhe proporciona e confere poderes enquanto agricultor familiar e identifica se esses agricultores estão inseridos em empreendimentos associativos, e se essas organizações contribuem de alguma forma para diminuir sua vulnerabilidade. Os resultados constatam que embora a Lei supracitada os unifique, o resultado obtido demonstra que alguns ainda se subdividem em agricultores e lavradores, além disso, não conhecem seus direitos, o que os fragiliza e reflete na atividade socioproductiva.

Palavras - Chaves: Agricultura Familiar, Pluriatividade, Formatos Associativos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa atual dos municípios do Território do Recôncavo da Bahia.....	31
Figura 2. Mapa do município de São Felipe – Bahia.....	37
Tabela 1. Identificação dos entrevistados.....	40
Gráfico 1. Representação das culturas.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS

ASCOOB – Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar

CAF – Cadastro do Agricultor Familiar

CESOL – Centro Público de Economia Solidária da Bahia

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

EES – Empreendimento Econômico Solidário

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FENAGRO – Feira Internacional da Agropecuária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LTDA – Limitada

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PTDRSS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

SAF- Subsecretaria de Agricultura Familiar

SASOP-Serviços de Assessoria a Organizações Populares Rurais

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SETAF – Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 DIVERSIDADE DE SUJEITOS NA DENOMINAÇÃO AGRICULTOR FAMILIAR.....	12
2.1 PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	20
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NA BAHIA.....	27
3.1 A RELEVÂNCIA DOS FORMATOS ASSOCIATIVOS PARA O AGRICULTOR FAMILIAR.....	31
4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO DA BAHIA E DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE.....	35
5 ANÁLISE DOS SUJEITOS QUE VIVEM DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS DEMANDAS NO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE.....	39
5.1 PERFIL DOS/AS ENTREVISTADOS/AS.....	39
5.2 DESAFIOS DO PROCESSO PRODUTIVO E DA COMERCIALIZAÇÃO.....	42
5.3 A PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES EM FORMATOS ASSOCIATIVOS.....	47
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
7 REFERENCIAS.....	55
APÊNDICE – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTAS	

Quando se tem fé em Deus e se sabe aonde quer chegar, Ele mostra o caminho, concede luz, força e realiza a vitória.

Vivania Santos de Jesus.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de agricultor familiar ou camponês é apresentado de forma analítica por vários autores da literatura como Wanderley (2014), que em um de seus trabalhos faz um enfoque sobre a categoria. Segundo ela, no Brasil esses sujeitos são visto de duas formas: como agricultor familiar e, ao mesmo tempo, camponês. A diferença é que ao assumir uma agricultura de subsistência, ele tem um perfil de camponês menos condicionado a concepção mercadológica e vivência urbana, o que é preconcebido como condição de atraso cultural. Já o agricultor familiar apresenta uma conotação voltada para a urbanização com papel de ofertar maior quantidade de produtos ao mercado. Nesse sentido, o agricultor familiar pela Lei 11.326/2006 é apresentado como um marco para que o camponês também seja identificado como tal.

Essa pesquisa tem como objeto de estudo os agricultores familiares, problematizando-os para verificar como eles se autoidentificam e quem são esses agentes do desenvolvimento rural. O trabalho empírico foi realizado em cinco comunidades rurais no município de São Felipe, uma das dezenove cidades que compõe o Território do Recôncavo da Bahia. A motivação para pesquisar sobre o tema surgiu a partir conhecimento obtido ao estagiar no CESOL (Centro Público de Economia Solidária da Bahia) de maio de 2015 a outubro de 2017, projeto criado em 2013 pelo ex-governador do Estado da Bahia Jaques Wagner, que tem a finalidade de prestar assessorias a grupos produtivos identificados com a prática da economia solidária¹. Dessas experiências, foram observadas e vivenciadas as diversas demandas apresentadas pelos agricultores nas vastas comunidades rurais que o município possui, apesar da área urbana bem reduzida. Além disso, a própria vivência, por ser oriunda de família rural, alimentou a motivação para a realização de tal pesquisa concluindo a formação universitária.

É nesse contexto que a categoria denominada de agricultor familiar se torna objeto dessa pesquisa. Problematizou-se a construção da categoria por reconhecer formas diversas de autoidentificação dos sujeitos assim nomeados. A pesquisa teve como indagação principal: Quais as características que identificam quem são os agricultores familiares no município de São Felipe, no Território do Recôncavo da Bahia? Como objetivo geral buscou-se compreender as características dos sujeitos que são nomeados como agricultores familiares.

¹ Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada

Os objetivos específicos foram: caracterizar o perfil dos agricultores familiares da cidade de São Felipe, no Território do Recôncavo da Bahia; descrever as diversas atividades que os agricultores familiares desenvolvem para assegurar sua reprodução e a dos seus familiares; identificar se a inserção dos agricultores familiares em empreendimentos associativos contribui, em alguma medida, com a superação da vulnerabilidade socioeconômica que os caracteriza.

Dentre as comunidades entrevistadas uma se localiza mais próxima da cidade e quatro mais afastadas do centro, isso com a finalidade de observar se essas variáveis têm alguma influência no comportamento dos entrevistados seja social ou econômico e para verificar se há participação dos mesmos, de ambos os sexos, em organizações associativas. Foram observados aspectos como a pluratividade entre os agricultores e suas famílias, um fenômeno causado pela insuficiente condição que o campo e a agricultura apresentam para seus moradores quando não há uma inclusão desses atores de fato no sistema produtivo, apesar dos incentivos já consolidados como as políticas de crédito.

Dentre estas políticas destacam-se: o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) em que 30% dos alimentos podem ser comprados de agricultores familiares e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), podendo os produtos serem adquiridos diretamente do agricultor dispensando licitação, oferecendo-lhe novas oportunidades de comercialização.

O presente trabalho foi desenvolvido como pesquisa exploratória, com uma abordagem qualitativa, onde o contato com esses atores foram de extrema importância, necessário para compreender como eles se identificam e para esclarecer os questionamentos existentes.

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipótese. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. (GIL 2002, p.41).

Baseada nestas suposições apresentados por Gil (2002), o trabalho foi desenvolvido em três etapas: Na primeira etapa, para conseguir um maior entendimento sobre o assunto, foi realizada pesquisa bibliográfica com dados coletados por meio de sites eletrônicos, IBGE, livros, jornais e artigos. Na segunda etapa, definiu-se o roteiro semiestruturado de entrevistas constituído de três blocos: o primeiro, identificação do agricultor; o segundo, informação

sobre a produção e comercialização (pluriatividade) e o terceiro, a participação destes agricultores em organizações coletivas. E na terceira etapa realizou-se a transcrição e análise das entrevistas.

Para apresentar os resultados da investigação de uma forma mais didática, optou-se pela elaboração de uma monografia com mais cinco divisões, além dessa introdução. No capítulo 2, encontra-se o debate em torno da categoria agricultor familiar e a pluriatividade; no capítulo 3 encontram-se as considerações sobre a agricultura familiar na Bahia; no capítulo 4 apresenta-se uma breve caracterização do Território do Recôncavo e da cidade de São Felipe e no capítulo 5 constam as análises das 10 entrevistas realizadas em 5 comunidades rurais. Por fim, as considerações finais nas quais se sintetizam os resultados mais relevantes para os objetivos propostos.

2 DIVERSIDADE DE SUJEITOS NA DENOMINAÇÃO AGRICULTOR FAMILIAR

Na década de 1990, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) contribuíram de forma significativa com o tema agricultura familiar e suas tipologias. Em um documento de 1996 foi proposto pelos mesmos um regime de trabalho e modelo de gestão às unidades produtivas familiares que consistiam em quatro condições: i) a direção dos trabalhos é exercida pelo produtor; ii) não há despesas com serviços de empreitada; iii) não há empregados permanentes e o número médio de temporários (média dos 12 meses do ano) é menor ou igual a quatro ou há um empregado permanente e o número médio de temporários é menor ou igual a três e iv) a área total é menor ou igual a 500 hectares para as regiões Sul e Sudeste e 1.000 hectares para as demais regiões. (KAGEYAMA;BERGAMASCO; OLIVEIRA, 2008,p.18).

A partir dessa década, segundo Anjos (2015), os agricultores familiares começaram a ter acesso às políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e programas de reforma agrária. A autora ainda informa que após nove anos, existiram ações reivindicatórias as quais contribuíram para que os referidos agricultores conquistassem aquilo que lhes é de direito equitativo. A partir dessas reivindicações, foi constituído o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no qual existia uma Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). Medidas que apresentava como finalidade apoiar as demandas dos agricultores, atender, e contribuir para o desenvolvimento de ações no sentido de fortalecer as atividades e conseqüentemente os atores do meio rural. Isso reforçava a condição de institucionalização dessa categoria, para que pudessem ter acesso a essas ações governamentais fomentadoras da atividade rural, ações estas, indispensáveis e reparadoras para o seguimento, já que os mesmos não possuíam nenhum amparo das políticas públicas, mas que por meio de sindicatos estavam existindo uma pressão aos órgãos públicos para tal apoio.

A partir do surgimento do PRONAF, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aquele localizado nas regiões Sul e Nordeste, passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbrasse o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada *específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas* (juros menores, apoio institucional etc). (SCHNEIDER, 2003, p.100).

As dificuldades de acesso ao crédito enfrentado pelos agricultores familiares se deviam, em parte, porque muitos dos estabelecimentos não apresentavam viabilidade produtiva para além do autoconsumo, portanto não conseguiam pagar o valor que os bancos disponibilizavam, apesar de possuir taxa de juros menores. Para o empréstimo, as instituições credoras faziam uma avaliação da probabilidade do pagamento pelos agricultores, levando em consideração o perfil agrícola de cada um, uma vez que as organizações de crédito davam preferências àqueles produtores familiares já consolidados e que oferecessem garantias aos bancos, considerando sua importância para alimentar o sistema mercantil, ou seja, o indivíduo que lhe apresentasse maior potencial produtivo. O que reafirma que as políticas públicas deveriam ser de caráter individualizado, de acordo com as características e necessidades de cada agricultor e da demanda em sua propriedade.

Seguindo a orientação de oferecer o crédito de acordo com as necessidades dos diversos agrupamentos nomeados como agricultores familiares, o PRONAF foi subdividido para que outros grupos pudessem ter acesso, ficando constituído como grupos (A, A/C e B). Este último está justificado na página do MDA da seguinte forma:

Criado em 2000 no âmbito do Pronaf para combater a pobreza rural, o Microcrédito Rural (também conhecido como Grupo B do Pronaf) é estratégico para os agricultores familiares pobres, pois valoriza o potencial produtivo deste público e permite estruturar e diversificar a unidade produtiva. Pode financiar atividades agrícolas e não agrícolas geradoras de renda. [...]. São atendidas famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas que desenvolvam atividades produtivas no meio rural. Elas devem ter renda bruta anual familiar de até R\$ 20 mil, sendo que no mínimo 50% da renda devem ser provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento rural. (www.mda.gov.br).

O Pronaf pode ser entendido como a gênese das políticas públicas de fortalecimento das propriedades e dos agricultores familiares. A partir de 2003 foram instituídos programas Estaduais e Federais, dos quais se pode destacar o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, estabelecido por meio da Lei 10.696/2003 e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que a partir da Lei nº 11.947/2009, impõe a obrigatoriedade da aquisição de no mínimo 30% dos produtos oriundos da agricultura familiar, utilizados na merenda escolar, tornando-se canais estratégicos para ampliar as vendas dos agricultores familiares e suas organizações. Ambos os programas possibilitam ao agricultor familiar está comercializando seus produtos em outros espaços que não só o tradicional, como as feiras livres, além de estarem contribuindo com a segurança alimentar e nutricional dos escolares.

Estas iniciativas têm estimulado governos estaduais a criar seus próprios mecanismos de compras públicas e têm estimulado as organizações da agricultura familiar a demandarem e construir novos mercados públicos e privados. Cabe ressaltar que estas ações (PAA e PNAE) têm contribuído para a valorização da produção local/regional, ecológica/orgânica e têm ressignificado os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos, associados, por exemplo, à justiça social, equidade, artesanabilidade, cultura, tradição, etc. (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 39).

De acordo com a Lei 11.326/2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 24 de julho de 2006, o agricultor é conceituado como aquele que é dono da sua própria terra; detém mão de obra totalmente de seus familiares; não possui mais que quatro módulos fiscais e possui renda familiar proveniente das atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento rural. Entretanto, as definições da Lei em evidência e do FAO/INCRA, não prova que essa categoria de trabalhador se identifique como agricultor familiar. O enquadramento desses sujeitos para atender a um regime jurídico o qual é de suma importância, muitas vezes não promove esta identificação, mesmo eles realizando e dependendo das atividades provenientes de suas culturas e dos conhecimentos repassados dos seus descendentes. Isto de fato tem impacto e inviabiliza sua produção, à medida que eles dependem destas políticas públicas, que embora existam, precisa ser melhoradas e ampliadas para que atenda às reais necessidades, assistindo-os de forma adequada.

A Lei 11.326/2006 que define o agricultor familiar, não torna a categoria estática, pois se sabe que a agricultura muda de tempo em tempo e está sujeita as intempéries da natureza, da região e tipologias, bem como do indivíduo agricultor, peça indispensável que dá sequência a cultura. Para reforçar este segmento, o agricultor dispõe da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) física, agora, (CAF) Cadastro Nacional do Agricultor Familiar, documento que identifica, garante direito e formaliza o trabalhador rural como agricultor familiar, além disso, ele pode estar participando das políticas pública de instâncias governamentais que tem como objetivo fomentar a agricultura familiar. Nesta direção o censo agropecuário de 2006 revelou que:

O Censo Agropecuário de 2006 revelou que “havia naquela data, em todo o País, um total de 4.367.902 estabelecimentos familiares, definidos, segundo os critérios legalmente fixados, [...] o que correspondia a 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários. Essas unidades de produção familiares possuíam 80,25 milhões de hectares, equivalentes a 24,3% da área total.” (WANDERLEY, 2014, p.32).

Conforme Vieira Filho e Fishlow (2017, p. 179) “O termo “agricultura familiar” “não seria o mais apropriado; entretanto, como há um critério legal para essa distinção, que define políticas públicas de fomento ao setor, restringiu-se à análise a este grupo”, o que segundo os autores significa que a categoria foi moldada numa política que generalizou o que existe como grupos singulares rurais, para que houvesse o atendimento genérico ou comum de reparação para todos. Inclui-se ainda no grupo citado anteriormente os camponeses, silvicultores², aquicultores³, extrativistas e pescadores, classes com as mesmas características e perfis semelhantes ao agricultor de pequeno porte, que lidam com a lavoura e com animais. Seguindo a linha de reflexão de Vieira Filho e Fishlow, Anjos (2015, p.2) afirma que: “As formas sociais familiares, atualmente denominadas de agricultura familiar, que se organizaram e se desenvolveram no meio rural são demarcadas por estratégias que resultam das ações políticas e econômicas implantadas no Brasil”.

Entende-se da citação acima, que foi criada composição rural que se enquadrasse nas ações políticas de economia em âmbito nacional, para abranger outros sujeitos. Uma estratégia sem maior direcionamento real de fato que concordasse com a demanda, característica e cultura produtiva dos respectivos autores, da forma social, levando em consideração os saberes endógenos e potencialidades dos sujeitos que se reconhecem como tal.

De acordo com Wanderley (2014) mesmo após o final do período Brasil Colônia a produção agrícola brasileira manteve traços da monocultura com bases no trabalho escravo, o que não impediu o surgimento dos produtores camponeses, nos espaços internos ou externos dos latifúndios, através da ocupação de terras ociosas, onde mantinham formas variadas de produção o que lhe caracterizava como pequeno produtor familiar e comunitário, demonstrando uma atitude de resistência que lhes serviriam posteriormente para adquirir autonomia, e assim conseguir sua sobrevivência e de sua família. Além disso, era uma forma sábia de convivência com aqueles que detinham todo o poder, além dos benefícios. Nesse sentido, os trabalhadores escravizados dependiam desse sistema de trabalho para continuar vivendo de forma “digna”, embora sem qualquer direito trabalhista, tratados muitas vezes de

² Quem pratica a silvicultura. Silvicultura: ciência que se dedica ao estudo dos métodos naturais e artificiais de regenerar e melhorar os povoamentos florestais e que corresponde o estudo botânico das espécies, além da identificação, caracterização e prescrição da utilização das madeiras.

³ Indivíduo que pratica a aquicultura com fins comerciais. Aquicultura: produção de organismos aquáticos, como peixes, moluscos, crustáceos, anfíbios, répteis e plantas aquáticas para o uso do homem.

forma desumana por aqueles que se denominavam de seus senhores, como relatam as escrituras históricas da época. Da manutenção do trabalho escravagista surgiram as grandes propriedades fundiárias e monocultoras de produção as quais pode ser observadas atualmente, dando origem a novas configurações de mercado geradoras de discriminações àqueles menos favorecidos pelas políticas públicas, sem acesso às novas tecnologias e vivência social dentre outros, mas que buscava de maneira simples, porém autônoma e sustentável resistir diante das dificuldades produzidas pelo atual referencial capitalista, porque não dizer uma forma maliciosa de fazer a produtividade, num cenário agrário que se desenvolveu de forma estratégica e engenhosa no Brasil.

O desenvolvimento capitalista impacta sobre a propriedade agrícola familiar, mas esse impacto não vem apenas de fora para dentro determinando o futuro do agricultor familiar e de sua família. Ou seja, o agricultor familiar tem um papel ativo nesse processo, ele reage ao processo de desenvolvimento capitalista modificando a forma de produzir, modificando a forma de se relacionar com o mercado. Ele não é, portanto, um simples agente passivo no processo, ele participa da transformação histórica e, por meio dela assume uma condição de maior ou menor envolvimento com o mercado. (POLETTI; BARRINHA; PERONDI, 2017, n. p.).

As autoras ressaltam que o pequeno produtor não fica indiferente diante das transformações que o sistema capitalista vem expondo e impondo ao pequeno produtor familiar. Ao contrário, ele reage e se envolve à medida que se nega a seguir o modelo de: consumo, quantidade sem qualidade, uso de insumos desfavoráveis para a lavoura como os agrotóxicos, se nega a provocar o desmatamento para a construção de pastagem e grandes condomínios atendendo e satisfazendo o ego de alguns, além da finalidade de capitalizar sem um planejamento estratégico para que possa se não extinguir, mas amenizar os grandes impactos causadores de destruição da natureza, os quais comprometem negativamente a lavoura, o meio ambiente, a saúde de seres humanos, ou seja, a natureza como todo. É nessa conjuntura consumista, desenvolvimentista e empresarial de corridas ao lucro, é neste cenário que o agricultor vai criando estratégias para que aconteça o processo da autonomia. Estratégia que recusa o sistema capitalista a outras que se coloca como “alternativas”.

Para Wanderley (2014), o campesinato apresenta uma forma social de produzir que traz conhecimentos e experiências da família, tanto no que se refere ao trabalho rural produtivo desenvolvido, quanto na forma como se organizam para que isso aconteça, o que expõe à ajuda mútua. Ela termina seu raciocínio dizendo que o campesinato não se encerra na atividade da produção, é uma condição diferenciada de lidar com a terra, com a produção na lavoura, o que estabelecem um conjunto de comportamento característico do camponês.

Valores esses que podem ser apreciados e incentivados, pois são especificidades dos mesmos, questões se assemelha em grande parte com os agricultores familiares.

Segundo Schneider e Niederle (2008), a palavra camponês e agricultor familiar são expressões difíceis de serem diferenciadas, apesar de possuir condições de trabalho e comportamento parecidas, existem pesquisas que entendem que fatores históricos além dos estudos acerca do assunto não são suficientes para separá-las. “Embora não sejam categorias antípodas, é mister reconhecer que as diferenças de significado de ambos se assevera à medida que se amplia a polarização política que lhe é subjacente” (Schneider e Niederle 2008, p.992). Ainda de acordo com os autores, no Brasil atualmente, essa polarização se apresenta mais como questões políticas de natureza ideológica do que analítica e de conceitos muitas vezes resultando em conflitos, podendo ser observadas entre comportamentos de alguns grupos. Conflitos muitas vezes que camufla uma realidade existente no meio rural, em que os autores rurais estão inseridos, colaborando para o desenvolvimento destes espaços.

Na concepção de Ploeg (2009) o sistema agrícola em âmbito rural foi formado por diferentes origens político-econômicos, todos vinculados. Dessa junção, pode-se entender que os sistemas foram tomando configurações opostas nos espaços e na sociedade de acordo com os incentivos recebidos e pelos autores que praticam: a “[...] produção capitalista, na qual a relação salário-trabalho é central, a agricultura empresarial e a agricultura camponesa” (PLOEG, 2009, p.17). Essas duas formas de agricultura são geradoras de serviços, resultados, comportamentos e decisões de indivíduos os quais se diferenciam, mas que estão ligadas, como observa o autor citado. Segundo ele, a concepção que difere o desenho capitalista de produção e a campesina é que a campesina se individualiza prioritariamente pelo fato de ser fundamentada em atividades ecológicas quando o sujeito retira da natureza apenas o necessário, enquanto que a produção agrícola formatada no sentido empresarial afasta-se cada vez mais da natureza, recursos naturais são trocados pelos não naturais. Desta forma percebe-se que a agricultura campesina está sendo transformada em agricultura industrial, enquanto que a industrial se desenvolve e sobrevive dos investimentos financeiros e da produção de grandes escalas.

Outra observação acerca da industrialização da agricultura é a apontada por Wanderley (2014, p.26) ao afirmar que “Na monótona e monocolorida paisagem da planície, máquinas possantes vencem o tempo e o espaço e diluem da imagem qualquer presença humana.”

Entende-se que esse sistema de produção se dedica, se sustenta e se amplia através de trabalhos voltados a grandes maquinários, rejeitando a mão de obra humana e a capacidade que os mesmos dispõem para o trabalho, resultando disso, em desemprego e pobreza rural. Sobretudo a monocultura a qual está voltada para os mercados internacionais, exigindo grandes produções, o que é uma raridade no cenário da agricultura não patronal, ou seja, nos moldes da agricultura familiar. Os vínculos constituídos nas relações mercantis também são elementos que distinguem os agricultores familiares e os camponeses:

[...] o traço fundamental que distingue os agricultores familiares dos camponeses assenta-se no caráter dos vínculos mercantis e das relações sociais que estabelecem à medida que se intensifica e se torna mais complexas a sua inserção na divisão social do trabalho. Ou seja, é o maior envolvimento social, econômico e mercantil que torna o agricultor familiar, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente em relação à sociedade que lhe engloba. (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 994).

Esses autores afirmam que a essencial diferença entre as categorias supracitada é a forma pelo qual ambos se relacionam com o mercado. Porém, o exposto pelos autores, não significa que os trabalhadores não possam se organizar para comercializar seus produtos e que essas pessoas possam dessa forma superar possíveis situações de vulnerabilidade, e, além disso, possuir condições para obter acesso ao crédito, pois de acordo com pesquisas já realizadas sobre o tema agricultura familiar, e depoimentos dados pelos próprios agricultores, a comercialização é um dos principais gargalos que afeta o produtor rural.

Para além das discussões conceituais, de acordo com pesquisadores renomados da área, os quais contribuem para que se tenha um entendimento maior sobre o objeto dessa pesquisa, é possível defender a existência do camponês. É permissível confirmar também que ele é uma categoria a qual constitui matriz tradicional da agricultura que ultrapassou os tempos remotos, e hoje se institucionalizou de agricultor familiar para ter acesso às políticas públicas econômicas de governo, indispensável para a continuação do desenvolvimento rural:

A tarefa que se impõe, portanto, é analisar a evolução ao longo do tempo e estudar quais são os fatores causais que determinam as mudanças e/ou alterações fundamentais e de que modo os agentes (os indivíduos e as famílias) envolvidos integram-se ou reagem a elas. (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 994).

Schneider e Niederle destacam a importância de analisar o universo que levou a esses indivíduos integrarem caminhos que atravessa o rural, qual é fator predeterminante para que esses fenômenos aconteçam, quais as alternativas que os mesmo encontram para superar os

entraves de forma estratégica, resistindo a uma conjuntura produtiva econômica que lhes marginalizam e que persiste historicamente antagônica.

Mesmo levando em conta o forte vínculo dos produtores com a terra e o local, é possível sustentar que se as oportunidades de trabalho existente fora da propriedade forem sistematicamente mais remuneradas do que a renda gerada pela unidade produtiva, à tendência será o esvaziamento produtivo e/ou êxodo rural [...] (GUANZIROLI, et al. 2001, p.115).

Dessa maneira, mesmo em situações desfavoráveis, encontram força para resistir persistindo, confiando, apostando na agricultura familiar, e convivendo em seus espaços de identidades que lhe são peculiares. Porém, muitos deles não suportam as condições adversas e se afastam de suas propriedades, pelo menos em presença física, para buscar melhores condições e outras formas de renda.

2.1 PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo Schneider (2002), a pluriatividade se configura através dos membros das famílias os quais desenvolve outras atividades que não estejam ligadas a agricultura, no entanto, permanecem moradores do espaço rural. Além disso, esse fato se configura em um ato de resistência à medida que esses atores vêm nas atividades externas à propriedade, uma alternativa defensiva de se manter, mas que não tem a pretensão de sair de sua categoria de agricultor familiar, e sim de preservar sua alta denominação a partir de sua história a qual se identifica. Nesse sentido, (HALL, 2003, p. 85) menciona que “O fortalecimento de identidades locais pode ser visto na forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas”.

O fenômeno da pluriatividade pode ser observado em várias regiões contribuindo de forma significativa com sua história. Exemplo do Recôncavo da Bahia, berço onde se fixou um quantitativo de afrodescendente enquanto fomentadores no cenário socioeconômico do Brasil. Esta região foi passagem de uma rota marítima respeitável, que fazia uma ligação com a região do sertão e Salvador. Apesar disto, é evidente a questão das pluriatividades executadas por pequenos agricultores, uma forma de resistência a serviço da sua sobrevivência. Resistência esta, ligada a um processo modificado da lavoura no Brasil quando essa transformação alterou padrões, estruturas agrícolas concretas e sólidas em âmbito nacional,

baseando-se numa revolução de processos produtivos, onde se instalou um novo modelo da agricultura, centrada em muitas técnicas e pouca prática.

[...] a capacidade de comportar uma diversidade de atividades combinada a determinadas questões socioeconômicas, sobretudo financeiras, tem levado os agricultores a se dedicar em variados trabalhos econômicos e produtivos, que não necessariamente estão ligados à agricultura [...]. (LACERDA; AZEVEDO; ANJOS 2007, n.p.).

Em uma região as várias atividades desenvolvidas também caracterizam os seus habitantes e identifica-os como agentes indenírios dos espaços onde vivem, no caso em especial, os agricultores familiares.

[...] Os agricultores familiares possuem, ainda, uma identidade territorial formada em bases materiais/objetivas e imateriais/subjetivas constituída, a partir das relações estabelecidas com território e com cultura através dos valores, tradições, crenças e costumes. (SILVA; MENDES, 2010, p.1).

Diante disso, pode-se entender que a formação do agricultor familiar consiste em uma cultura que é passada entre gerações, que está inerente ao indivíduo e para além da produção.

Geralmente, é nessa mesma unidade produtiva que os antepassados do atual produtor viveram e constituíram suas famílias, o que torna a propriedade carregada de um sentimento de pertencimento, posse e identificação (valores simbólicos). (SILVA; MENDES, 2010, p.3).

Porém, é normal que essa formação sofra mudanças ao longo do tempo provocadas por fatores muitas vezes que ultrapassa o querer do indivíduo, mas que na sua essência continua. Mudanças que são observadas por (OLIVEIRA, 2014, p.185) quando expõe: “A singularidade que existia no agricultor, de ser um indivíduo que produzia apenas para a subsistência está se extinguindo”. Ainda de acordo com o mesmo autor, isto acontece de forma inevitável por mudanças que acometem o espaço rural. O que sobrecarrega o agricultor familiar é que ele produz, encaminha, administra e gerencia seu estabelecimento, distribui e negocia, dentre outras atividades. Desta forma, o agricultor pratica a autogestão, quando seu estabelecimento é gerenciado pelos próprios indivíduos que nela emprega sua força de trabalho. Isto é mais uma especificidade que distingue os agricultores familiares de outros tipos de trabalhadores, características específicas que somadas contribuem para formação da sua identidade.

Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Novo Aurélio, a palavra identidade significa:

Conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa: nome, idade, estado, profissão, sexo, defeitos físicos, impressões digitais, etc. O aspecto coletivo de um conjunto de características pelas quais algo é definitivamente reconhecível, ou conhecido. (AURÉLIO, 1999, p. 1071).

Esse conceito pode ser entendido ainda como um conjunto de elementos em que um indivíduo apresenta, e com eles se identifica, ou ainda, por meio das quais é possível individualizar algo ou alguém. Seguindo a definição estabelecida pela Lei 11.326/2006, as velhas formas do lavrador camponês se identificar estão sendo modificadas, e passando a ser consideradas “modernas”, entender as variáveis que permeia essa categoria é equilibrar ou entender a sua maneira de viver, produzir e de se relacionar no ambiente ou região em que estão inseridos. Isto torna-se mais instigante, quando perpassa todo esse entendimento por décadas.

Conforme Schneider (2003), embora a pluriatividade seja provocado por ações externa a propriedade rural fugindo do controle dos agricultores, a decisão de desenvolvê-la ou não é de inteira responsabilidade do indivíduo ou da família. Ainda de acordo o autor, é importante que o grupo familiar leve em consideração tanto o significado que o econômico irá trazer quanto os valores culturais e sociais os quais a pluriatividade integrará no espaço rural. Pois muitas vezes o somatório de atividades do agricultor, contribui, sobretudo para que os mesmos possam investir na sua propriedade, principalmente aqueles produtores que ainda não tem acesso a nenhuma política pública rural, os ainda não consolidado, compreendendo a dinâmica que integra e interage todo espaços. “parte-se do pressuposto de que a dinâmica socioeconômica no meio rural faz parte da sociedade como um todo, e que, em determinadas situações históricas ela certamente será estabelecida pelo regime do capitalismo”. (SCHNEIDER, 2003, p. 112).

Schneider (2003) alerta que é necessário aprofundar as pesquisas sobre a pluriatividade e, através dos resultados obtidos, traçar políticas para a manutenção do povo rural com qualidade, segurança e condições de viver dignamente nos seus espaços, desenvolvendo o campo e empregando esse público, sobretudo os mais jovens.

A existência de uma grande **sub - ocupação de mão-de-obra, sobretudo no interior da agricultura familiar** [...] faz com que migrem justamente aqueles com maiores chances de encontrar trabalho nas cidades, ainda que em condições precárias, ou seja, os – e sobretudo as - mais jovens. (ABRAMOVAY, 1999, p.8).

Uma das estratégias que esses jovens buscam para sair muitas vezes de condições adversas e tentar novas possibilidades econômicas para sua sobrevivência. Nesse processo, redefine sua composição de trabalhador rural, agora para bases urbanas. Soma-se a isso, alteração de uma conjuntura de atividades antes pautada no campo e que por diversos fatores, como a condição

histórica fundiária brasileira, inconstância de projetos políticos de apoio efetivo, questões geográficas dentre outros, não contribuem para a permanência da população no campo.

[...] à luz do que se reconhece da realidade histórica brasileira, deveria ser a de que, mais que nunca, é necessário ampliar o apoio fundiário e agrícola aos produtores familiares, de modo que suas famílias não sejam obrigadas a buscar alternativas precárias de sobrevivência; de modo que a pluriatividade pudesse, como nos Estados Unidos e na Europa, representar algo mais do que um meio precário de sobrevivência [...]. (BUAINAIN, et al. 2001, p. 39).

O autor ressalta sobre a conjuntura fundiária e agrícola dos agricultores, na situação da carência de políticas fomentadoras para o pequeno proprietário, e sugere que as mesmas poderiam receber maiores incentivos para obter resultados satisfatórios, como suporte técnico necessário e de qualidade para os proprietários rurais, desviando assim a probabilidade de que famílias migrassem em busca de novas atividades ou não. O que evitaria que as mesmas fossem jogadas muitas vezes a margem das cidades sem perspectivas melhores de trabalho, quando sendo obrigadas a se submeter a trabalhos de péssimas condições e todo tipo de humilhação. Os autores ainda fazem analogia a outros países, destacando os Estados Unidos e Europa, em que a pluriatividade é para além de qualquer condição precária que famílias a praticam. Pode-se concluir que essa pluriatividade é o processo de transformação a qual a agricultura brasileira vem passando, o que pode ser observado quando órgão e atores apontam os resultados sobre o assunto.

Destacando a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI (2003) quando descreve que a agricultura brasileira vem sendo modificada desde o princípio da década de 1960 na ocorrência de um processo violento de industrialização, onde se atualizou, modernizou e criou novas tecnologias relacionadas ao cultivo, substituindo mão de obra humana por máquinas, além das pesquisas que ampliaram condições de organismos alterados pela genética para serem utilizados na ampliação de fins produtivos, dessa traumática e repentina mudança, o espaço que se entende como rural, juntamente com as formas familiares vem passando por intensas transformações que segundo Schneider e Niederle (2008) justificam dizendo que: com a mesma configuração em que agricultores mudam de estilo, passando da produção camponesa para a mercantilista, com o tempo, as varias estratégias utilizadas pelos mesmos vão sendo substituídas por outras nas condições do interior da família e das particularidades as quais são impostas por fatores provenientes de circunstância social e econômica.

Ainda de acordo com os autores o que está sendo propagado é o uso indiscriminado de proposta incoerente com o desenvolvimento da agricultura familiar, um modelo de importação os quais não condiz com a realidade das unidades rurais de agricultores as quais são caracterizados pela Lei 11.326/2006. Para que possa haver um desenvolvimento de fato dessa agricultura precisa-se que as alternativas correspondam às propostas de progressos em vários níveis: reprodução social, economia, educação e cuidados com relação à natureza, ou seja, unir fatores de desenvolvimento inter-relacionando. Porém é importante destacar qual o progresso de fato que o agricultor familiar deseja, ele precisa sim de condições favoráveis para que a unidade familiar possa ter a capacidade de promover emprego e renda para sua manutenção e de suas famílias. Assim sendo:

[...] a agricultura familiar tem o controle sobre os principais recursos que utiliza em seu estabelecimento. Isso inclui a terra, mas também os animais, os cultivos, o material genético, a casa, as construções, o maquinário e, em um sentido mais amplo, o conhecimento que especifica como todos esses recursos podem ser utilizados e combinados entre si. A integração ativa na vida comunitária e o acesso aos mercados, bem como a participação em cooperativas, também representa importante recursos. (PLOEG, 2014, p. 7).

Dessa perspectiva, o trabalho pluriativo é o que está correspondendo ao paradigma dessa proposta de desenvolvimento moderno mesmo que muitas vezes seja uma utopia para muitos desses moradores das zonas rurais. No entanto, para contrapor à discussão da pluriatividade Schneider (2003) problematiza quando chama atenção sobre aquelas famílias urbanas que se ocupam de múltiplas atividades profissionais em seus núcleos familiares, ou fora deles, porém, não são chamadas de pluriativas.

Além da pluriatividade, segundo Maluf (2003) a agricultura expressa também outras funções no rural brasileiro ao que se denomina de multifuncionalidades. O autor enfoca quatro delas: a reprodução social e econômica de famílias, geração da segurança alimentar tanto das próprias famílias como da sociedade, manutenção da organização sociocultural e preservação dos recursos da natureza nos espaços onde a agricultura é desenvolvida. Esse autor ainda ressalta que as mesmas multifuncionalidades não se desenvolve de forma igualitária, pois isso depende dos diferentes espaços, seja regional, territorial que a agricultura se apresenta dentro da sociedade, e também dos incentivos empregados a ela. Diante do exposto, observa-se em alguns contextos que a versatilidade da agricultura conduz o indivíduo rural a desenvolver outras atividades sem detrimento de suas atividades agrícolas.

Ploeg (2014) cita que uma das várias qualidades da agricultura familiar são a importância e o controle que esses agricultores possuem em confiar em seus produtos livre de substâncias agrotóxicas que contaminam a produção, assunto cada vez mais valorizado por agricultores familiares em todo mundo. Os produtos químicos são muito nocivos à saúde humana e também à saúde dos animais, produtos estes por demais utilizados na agricultura de monocultivo no combate a pragas, ou para acelerar o desenvolvimento da cultura produtiva, a exemplo da soja, além dos produtos hormonais utilizados no gado como as vacinas que tem a finalidade de engorda do animal de corte e as necessárias para evitar a disseminação de doenças.

O autor supracitado enfatiza ainda que apesar do universo da agricultura familiar ser pautado numa situação adversa, ainda assim apresenta condições mesmo que precária de resistir, e o ambiente político possui extrema relevância para o seu futuro. E continua seu pensamento dizendo que essa é a razão pelo qual os Estados, fóruns multilaterais em especial a Organização de Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), os partidos político e os movimentos sociais de apoio à agricultura camponesa dentre outro apresentam grandes relevância. Nesse contexto, ainda de acordo com Ploeg (2014), as políticas, proporcionam e tem competência para sancionar direitos as famílias agricultoras em âmbito das necessidades dessa categoria, estudos, ensino e educação, abertura de espaços de comercialização, ou seja, novos mercados e seguridade social. O autor conclui sua linha de pensamento dizendo que cada passo tomado positivamente sobre a agricultura familiar que prevalece, torna-se uma grande conquista para a categoria mesmo que pequena é sempre útil para cada indivíduo. Vale acrescentar que esses incentivos, precisam ser adequados e ampliados, onde o número de unidades familiares e de agricultores é mais expressivo.

De acordo com o Censo Agropecuário de 1995/1996:

Os agricultores familiares representam 85,2% do total de estabelecimentos, ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do valor da renda total agropecuária (RT) de todo o Brasil, os estabelecimentos familiares respondem por 50,9% do total de R\$ 22 bilhões. A participação dos familiares na renda total agropecuária (RT) é maior do que no valor Bruto de Produção VBP, o que pode ser explicado pelo fato de este último desprezar os gastos de produção incorrida pelos agricultores. (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003, p. 319).

Essa percentagem é ainda maior no que se refere ao Nordeste do país.

O Nordeste possui um setor de agricultura familiar mais significativo e representativo dentro do contexto de sua agricultura do que na média nacional. Tanto no que se refere a área ocupada por agricultores familiares como no que diz respeito aos financiamentos, pessoal ocupado e valor bruto da produção (VBP) o Nordeste se revela uma região onde predominam os agricultores familiares de forma mais acentuada do que no Brasil. Com relação aos estabelecimentos, 92,7% caíram na categoria de familiares no Nordeste contra 87,5% na média do Brasil. (GUANZIROLI; SABATO; VIDAL, 2014, p. 95).

A partir dessa análise, conclui-se que a agricultura familiar no Brasil é bastante expressiva e ainda é maior no que se refere à Região Nordeste. Assim sendo, ela tem possibilidades de se tornar cada vez mais viável a depender das condições dadas ao agricultor família, através da adequando dos espaços rurais evitando que seus autores sejam atraídos por outras atividades não agrícolas de forma obrigatória. Desse modo, as tecnologias alternativas, a união de pessoas organizadas de forma coletiva em associações contribui no sentido amplo em direção a remodelagem da produção tão propagada atualmente, que por consequência histórica, a composição latifundiária determinou o desarranjo da composição agrária, e que agora através das políticas publicas já existem um apoio às quis buscam reparar resultados deixados por décadas.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NA BAHIA

Segundo Buainain, Romeiro e Guanzirolí, (2003) a agricultura familiar constitui natureza desigual, o que significa dizer que cada uma delas apresenta sua condição produtiva, para comercialização, para geração de renda ou para desempenhar uma maior produtividade. Ainda segundo os autores, essa diversidade é evidenciada numa determinada região em detrimento de outra, sendo que a média dos estabelecimentos é de 26 hectare, eles destacam ainda, que o Nordeste apresenta as menores propriedades, cerca de 17 hectare de terra, já no Centro-Oeste essa média chega a 84 hectare, essa região é apresentada pelos autores como a maior em termo de hectare.

De acordo com alguns agricultores entrevistados essa diferença de porção de terra implica muitas vezes para uma agricultura de subsistência, quando o agricultor é definitivamente limitado a desenvolver sua atividade apenas para o autoconsumo, além disso, lhe impossibilita o acesso a outros espaços, em outras condições, estabelecendo no campo a pluriatividade, ou o abandono de residências, quando os indivíduos retiram-se em destino as cidades, ocasionando o êxodo rural, produzindo o inchaço dos centros urbanos e das periferias, além de contribuir para o avanço do número de desempregados no país, retrato de uma história na qual o agricultor familiar foi prejudicado gerando uma modificação no campo.

[...] historicamente a agricultura familiar enfrentou um quadro macroeconômico adverso, caracterizado pela instabilidade monetária e inflação elevada (sem condições de fazer *hedge*)⁴, discriminação negativa da política agrícola que favorecia os produtores patronais, política comercial e cambial desfavorável e deficiência dos serviços públicos de apoio ao desenvolvimento rural. [...] ao invés de promover o desenvolvimento rural e local, o conjunto de políticas públicas promoveu o esvaziamento do campo e inibiu o desenvolvimento local, em favor das grandes metrópoles e cidades médias. (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003, p. 329).

Refletindo a citação, todo o processo adverso sofrido pela agricultura de pequeno porte foi à condição favorável que resultou na desocupação dos espaços rurais, somados a isso, os caprichos da negativa dos serviços e das políticas públicas ao seguimento e fatores relacionados com a política monetária.

⁴ É uma estratégia de proteção para os riscos de um investimento, que neutraliza a posição comprada ou vendida para que seu preço não varie. Ao fazer uma operação de hedging, o investidor tem como objetivo eliminar a possibilidade de perdas futuras.

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), uma instituição pública do Estado, disponibilizou informações e fez um recorte avaliando a participação da agricultura familiar sobre seus aspectos econômico na Bahia. De acordo com o órgão:

Os resultados obtidos apontam que, em média, o valor adicionado da agricultura familiar da Bahia corresponde a 36,4% do valor adicionado da agropecuária. No entanto, essa participação é declinante ao longo do período analisado (2010-2015). A perda de peso da agricultura familiar no valor adicionado da agropecuária está relacionada a dois fatores. O primeiro é decorrente da forte expansão que a agricultura comercial baiana vem tendo nos últimos anos. [...] O segundo fator está associado aos impactos da seca que vem atingindo a Bahia, particularmente a partir de 2011. (SEI 2018, p.02).

Desses fatores, é importante perceber que a avaliação detectou a perda do espaço da agricultura familiar em relação a agropecuária, onde a primeira é diretamente afetada por ambos os fatores, mercado em expansão e os impactos causados pelos fenômenos da natureza. No contexto diferenciado, está à agropecuária, a qual não depende diretamente da natureza para produzir resultados satisfatórios. Na agricultura patronal, existem grandes e diferenciados investimentos em seu ciclo produtivo, seja do setor público ou privado, quando seus proprietários conseguem maiores investimentos econômicos e apostam em tecnologias diferenciadas e caras, usadas estrategicamente a “seu favor” e a favor do lucro, a exemplo da irrigação, insumos químicos dentre outros, seja com formas alternativas e muitas vezes sofisticadas, para resistência a pragas e período de estiagem prolongada em meio a distintos fatores adversos.

Segundo reportagem do jornal Bahia Online 2017, a cultura da mandioca tem predominância entre os agricultores familiares da Bahia, embora a mesma seja cultivada em propriedades com extensão de terra inferior a 10 hectares. A reportagem afirma que a Bahia ocupa o 3º lugar na produção desta lavoura, essa diferenciação é explicada pelo pesquisador da Embrapa Mandioca e Fruticultura Domingos Haroldo: segundo ele, isso está relacionados ao tamanho da propriedade. O pesquisador apresenta outras variáveis importantes que implicam nessa diferença, como solo improdutivo, escassez de chuvas, uso insuficiente de insumos, preço de venda dos produtos com oscilações frequentes, além do pouco investimento em pesquisa que é aquém dos aplicados em outros tipos de culturas, como acontece nas práticas agrícolas dos produtores do Centro Sul do Brasil. Outros fatores que prejudicam a produtividade agrícola são:

Alguns mecanismos, bastante frequentes na política econômica brasileira, acabam atingindo negativamente a agricultura. [...] bruscas oscilações cambiais, taxas de juros elevadas, redução dos recursos do crédito rural, correção parcial dos preços mínimos, elevação de impostos etc. Indiretamente, até fatores sistêmicos como transportes, portos de embarque, armazenamento e outras infra-estruturas afetam o desempenho da agricultura.(COUTO FILHO, 2007, p.20).

O autor explica que esses pontos dentre outros são vertentes estruturais que se não interligadas, organizadas e planejadas de forma adaptada não surtirá eficácia em prol do seguimento, afetando o desenvolvimento da agricultura. Os elementos conjunturais necessitam encontrar-se interligados para que os agricultores consigam obter a sua viabilidade. Isso é ainda mais evidente a depender de cada categoria de agricultor e a região onde estão inseridos.

A coesão desses elementos conduz os autores rurais à oportunidade de crescimento, apesar do desequilíbrio causado à agricultura pelo processo sistêmico de industrialização que vem ocorrendo desde os anos 1930, dando-lhes subsídios para que muitas famílias rurais possam superar a vulnerabilidade e viver com dignidade e respeito social. Para sustentar esta consideração Couto Filho (2007) destaca que o Estado da Bahia possui a maior quantidade de habitantes moradores de regiões rurais do Brasil vivendo no sistema de pobreza e carência extrema. Ainda segundo o autor cerca de 2,2 milhões de pessoas, informação retirada do “Mapa da Fome⁵”, contam com área mínima para que famílias rurais tenham condições de produzir para sua sobrevivência. Por essas, e outras razões, o autor conclui que, o agricultor familiar merece ser tratado de maneira particularizada, procurando discutir questões no sentido de elaborar políticas e programas que de fato sejam praticados.

Na Bahia, a falta de força política, de recursos, de mobilização dos produtores e, até mesmo, de projetos são alguns dos fatores que excluem estes pequenos produtores das políticas e programas de desenvolvimento agrícola do Estado, requerendo uma discussão mais aprofundada. (COUTO FILHO, 2007, p.22).

Os argumentos de Couto Filho e a avaliação desenvolvida pela EMPRAPA são inquietantes, pois é possível inferir que fatores como precariedades estruturais, quantidade de terra, falta de interesse em âmbito governamental para criar com maior atenção e fiscalização as políticas agrícolas de acordo com a realidade da região, tipo de agricultor e agricultura, constituem elementos principais que ainda comprometem e debilitam a agricultura familiar.

⁵ Um estudo elaborado desde 1990 pela FAO, principal órgão internacional de incentivo a políticas de combate à fome e à promoção do alimento. O mapa reúne e analisa dados sobre a situação da segurança alimentar da população mundial, fazendo diagnósticos por regiões e países.

Os pequenos agricultores vêm com seriedade a preservação da natureza, sendo por isso mais controlados no uso dos defensivos químicos causadores de impactos negativos não só da natureza mas também na saúde dos seres humanos e dos animais. Muitos deles não usam esses tipos de insumos por diversos motivos, dentre eles destacam-se: tradições, consciência do mal que os mesmos produtos provocam ou ainda por não possuírem condições econômicas, parceria com outras instituições para o financiamento na compra dos mesmos e, sobretudo pela quantidade da área produtiva cultivada, quando de fato sua principal finalidade é o autoconsumo e o tipo de lavoura, as quais não carecem dos subsídios postulados e modernos, direcionado e usado na agricultura de larga escala, fator ascendente a cada dia no domínio agrário.

De acordo com Couto Filho (2007), na década de 1970 o Brasil configurou-se em dois processos de modernização tecnológica da agricultura, chamado pelo autor de quimificação, somado com a técnica da mecanificação quando o Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo detectou que o uso de defensivos químicos tinha aumentado cerca de 7,2% entre 1970/1980. O autor destaca ainda, que os mais utilizados foram nessa ordem, os herbicidas, fungicidas e os inseticidas, e que a administração dos fertilizantes multiplicou quatro vezes mais nesse período, chegando a um valor de 15,5% ao ano e que a maior utilização desses defensivos ficou observada em propriedades com maiores extensão de terra.

A Revolução Verde⁶ está relacionada ao processo da quimificação e mecanificação, contribuindo desta forma para o Novo Mundo Rural referido por Buainain, Romeiro e Guanzioli, ela popularizou a ideia do desenvolvimento agrícola como solução para a exclusão da fome em todo país, embora não apresentasse grandes resultados. Segundo a reportagem do Correio Braziliense no ano de 2015, quando a ONO (Organizações das Nações Unidas), divulgou que cerca de 80 milhões de pessoas passavam fome em todo o mundo, de acordo com a reportagem esse valor no ano de 2016 alcançou o número de 108 milhões, aumentando 35% em relação ao ano de referência.

⁶ Refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola a partir da década de 1950 nos Estados Unidos e na Europa e, nas décadas seguintes, em outros países. É um amplo programa idealizado para aumentar a produção agrícola no mundo por meio do uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo.

Após conhecimentos dos dados acima, fica ideologicamente injustificado em âmbito geral a eficácia da Revolução Verde, difundida com o objetivo de eliminar a vulnerabilidade alimentar que persistia e ainda aflige todo o planeta Terra, principalmente em alguns países como a Índia, alguns países do continente africano, Síria dentre outros. No que se refere ao Brasil segundo o Jornal EL Pais Internacional, os registros mostram que nos dois anos 2014-16 o “Mapa da Fome” esteve inferior a 2,5% (em 2004-06 ele era de 4,5%). Dos resultados, observa-se que a prática para o Brasil foi positiva, havendo uma redução de 2% no índice.

Apesar do uso crescente dos defensivos químicos, aumenta entre os agricultores familiares as práticas agroecológicas, em um processo de transição para modelos de práticas agrícolas que não estão alicerçadas nos insumos químicos. O censo de agropecuário de 2017 sustenta a estimativa de que a Bahia é o 5º estado com menor percentual no uso de agrotóxico na produção agropecuária.

3.1 A RELEVÂNCIA DOS FORMATOS ASSOCIATIVOS PARA O AGRICULTOR FAMILIAR

Diante de um contexto agrário o qual não favoreceu a questão agrícola desde o início de um processo histórico no qual o Brasil está estabelecido, os agricultores familiares se viram obrigados a trilhar caminhos em busca de alternativas que assegurassem de alguma forma algum benefícios em torno de sua atividade. Nesse sentido, busca-se formas de integração associativas como as cooperativas, associações e grupos informais, formatos utilizados com maior intensidade ou não de acordo com a conjuntura, nos diversos cenários rurais brasileiros.

As formas associativas, criadas pela iniciativa das camadas populares para mobilizar grupos de interesses em função da grave crise econômica vivenciada a partir da década de 1980, expandem-se entre a população do meio rural, caracterizada pela exclusão dos direitos básicos da cidadania assegurado pela constituição de 1988. (ANJOS; SILVA; OLIVEIRA, 2016, p. 2).

Embora haja uma ascensão do associativismo no meio rural como estratégia de acesso às políticas públicas e redução com os custos de infraestrutura e serviços demandados nos estabelecimentos familiares no Nordeste, e mais particularmente na Bahia, a mesma projeção não é encontrada no cooperativismo Anjos; Silva; Oliveira, (2016). Uma pesquisa comparativa realizada por Guanzioli, Sabbato e Vidal (2014), entre o censo agropecuário de 1996/2006, revelou que no ano inicial da pesquisa cerca de 2,2% de agricultores familiares

disseram que pertencia a entidade cooperativada, já em 2006, o Nordeste apresentava tão somente 1,5%.

Uma participação tão pouco significativa estatisticamente poderia ser atribuída, dentre outros fatores, a própria história do cooperativismo no Nordeste que esteve em mais da metade do século XX sob controle das elites agrárias que impunham a monocultura em grandes extensões de terra, sujeitando os trabalhadores rurais a mais uma forma de dominação. Apesar disso, cresce a partir de 1990 o número de cooperativas populares, estimuladas pelo governo e organizações da sociedade civil como estratégia de gerar trabalho e ampliar renda nos espaços urbanos periféricos e nas comunidades rurais, Rios (2007). Por circunstâncias econômicas tão desiguais, agricultores familiares foram se inserindo em novos contextos institucionais cooperativados de princípios, características próprias e específicas.

O Segundo Mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), da Secretaria Nacional da Economia Solidária, realizado entre 2009 e 2013, contribui para mensurar a importância dos formatos associativos para os segmentos mais vulneráveis. Foram registrados 19.708 EES em todo o território nacional. Desses, 1.452 estão na Bahia, sendo que 20,2% são de grupos informais, 70,2% de associações e 6,4% de cooperativas (ANJOS, 2016). No território do Recôncavo baiano foram identificados 48 EES, desses 68,8% estavam em funcionamento à época da coleta dos dados, 25% estavam em processo de implantação e os outros 6,3% estavam em processo de reestruturação. Quanto à localização desses EES, 72,9% estão na área rural. Os outros 14,6% estão localizados em áreas urbanas e 12,5% deles atuam em áreas urbanas e rurais.

Atualmente, esses formatos associativos desempenham um papel chave na formulação das políticas públicas que visam fortalecer a agricultura familiar no estado da Bahia. São as associações e as cooperativas da agricultura familiar que são protagonistas em acessar recursos públicos para superar os gargalos que dificultam a diversificação dos canais de comercialização, a escassez de produtos beneficiados pela precariedade das agroindústrias e o baixo poder aquisitivo dos agricultores para individualmente assumir a logística do abastecimento, podendo citar, nos mercados institucionais como o PNAE. Além disso, as iniciativas associativas desconstruem um modelo de gestão pautado no clientelismo, impulsiona novas lideranças fundamentais para contribuir com o desenvolvimento local e

contribui, em certa medida, com a visibilidade de sujeitos que não eram destacados historicamente nas demandas dos agricultores familiares, como as mulheres.

Para Rios (2007) o cooperativismo surge no Brasil sobre duas vertentes conflitantes, em primeiro lugar ele é visto como ferramenta para facilitar a exportação de grande escala, produtos a exemplo do café, açúcar, cacau, soja dentre outras culturas, agricultura capitalizada, que tinha o dever de abastecer o país e também a agricultura de grandes proprietários de terra, isto é os latifundiários do algodão no Nordeste. As monoculturas rentáveis da época tinham essa visão sobre perspectivas macro. A segunda vertente que o autor refere, da comercialização, como menciona (RIOS 2007, p.11) “[...] o cooperativismo é sistematicamente apresentado como “a solução” para a comercialização agrícola dos produtos de pequenos agricultores, de pescadores e artesãos”. Sobre o duplo aspecto, o autor conclui que tanto no agronegócio quanto na agricultura familiar o cooperativismo é indicado como ferramenta apropriada, para o agronegócio, foi usada como forma de organização, e para a agricultura de pequeno porte, é adequada para a promoção socioeconômica mediante políticas de desenvolvimento.

Dessa forma, apesar das unidades cooperativas que seguem seus princípios cooperativistas não trabalharem por competência, entretanto essas aptidões podem ser construídas ou desenvolvidas dentro desses espaços de visões contrárias. Porém, é importante que de forma democrática se estabeleçam papéis dentro da unidade associativa como forma de viabilizar e tornar as tarefas coletivas funcionais seja no ambiente interno ou externo da mesma, e no caso de agricultores familiares, em especial. Pois a medida da sua organização soma seu conceito, sua credibilidade em tornarem cada vez mais capazes de conquistar o que lhe são de direito. Uma vez que:

No Brasil a agricultura familiar sempre foi considerada um seguimento á margem, de pequena impotência para os interesses de uma sociedade capitalista, que encarava a chamada “grande agricultura”, produtora de monocultura, como atividade econômica de destaque e foco dos benefícios das políticas públicas. [...], a agricultura familiar era vista como sinônimo de subdesenvolvimento. [...], agricultor familiar, era considerado pouco inteligente e incapaz de tomar decisões eficazes no gerenciamento do seu negócio. A partir do início dos anos 90, a agricultura familiar fortaleceu-se como uma organização capaz de gerar emprego e renda, rompendo o conceito anterior que a considerava incapaz para tal, [...]. As organizações se mobilizaram na luta por direitos sociais, tidos antes como inviáveis ou incessíveis. (ROCHA; MONTEIRO; MACHADO, 2007, p.92).

Desse processo, segundo os autores (2007), o homem do campo e sua atividade passaram a serem observados como mais um seguimento viável para a geração de serviços e de tarefas produtivas, importantes e de grande valia para sua própria sustentabilidade em um panorama econômico o qual não corresponde a uma sociedade em conflito.

O fomento a iniciativas associadas populares é de sua importância, pois desconstrói um modelo de gestão econômico pautado no clientelismo histórico e na figura de uma organização com atuações apenas e ainda verticalizada, com predominância do patronato galgado em chefes, hierarquias e trabalhadores muitas vezes sem autonomia. Além disso, é uma oportunidade inicial para o nascedouro e descoberta de lideranças importantes das quais possam contribuir em prol da própria comunidade, uma vez que se identifiquem as demandas, principalmente quando as mesmas decorrer da própria comunidade. Soma se a isso, as redescobertas de sujeitos que antes eram de alguma forma podada ou moldada em seu contexto social econômico, limitadas a qualquer tipo de expressão, e que vêm nessas organizações oportunidades de uma nova concepção de vida.

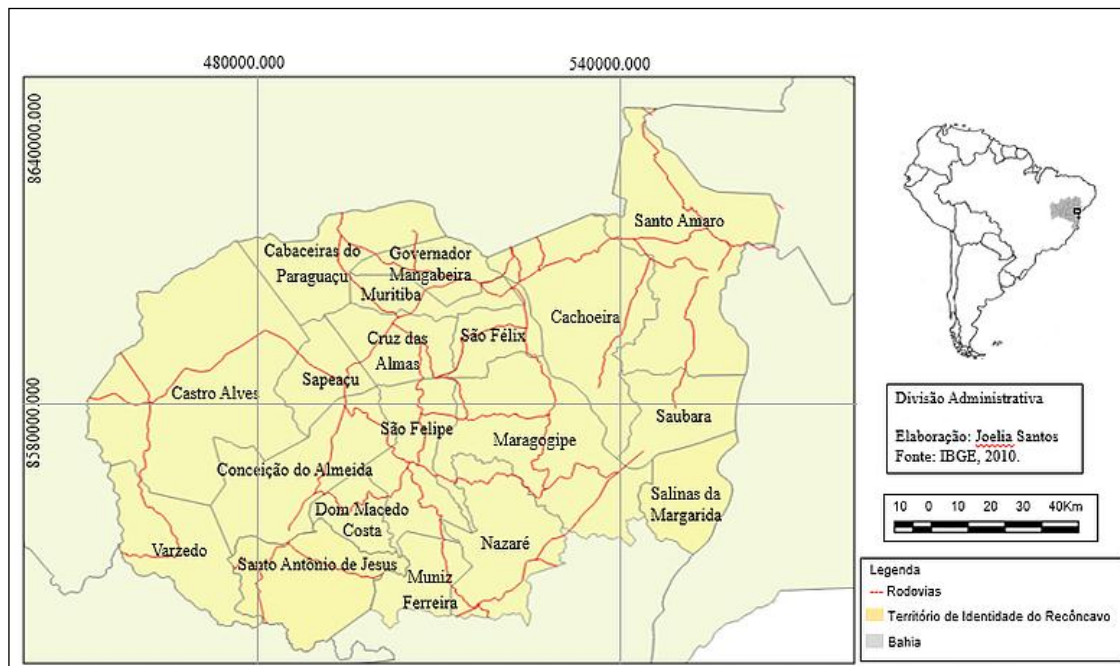
4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO DA BAHIA E DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE

Segundo o que está descrito no PTDRSS (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário) do Recôncavo (20017), o Território do Recôncavo baiano, atualmente é composto por 19 municípios: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Felix, Sapeaçu, Saubara, Varzedo e Salinas da Margarida, está localizado próximo a Baía de Todos os Santos. Porém, a delimitação tradicional do Recôncavo era constituído por 40 municípios até o século XX. Esse Território se diferencia em formas espaciais, econômicas e culturais, devido às heranças deixadas pelos portugueses, desde a época em que o Brasil era colônia de Portugal, pelos Índios nativos da Terra, e pelos negros que vieram da África sobre a condição de escravos o que fez com que o Recôncavo possuísse engenhos de açúcar, agregando pessoas, e formando as comunidades rurais. Ainda acordo com o PTDRSS, as diferentes formas de clima, relevo, cobertura vegetal e solos que a região apresenta foram promissores para o surgimento de vários tipos de ocupação, e formas de trabalho, em que distribuição populacional caracterizou as estratégias das atividades econômicas lhe atribuindo características específica e intrincadas, provocando inquietações e questão que demanda estudo. O povoamento neste Território segundo o Plano teve início com Mem de Sá, na metade do século XVI através das terras cultivadas, doadas sobre a condição em regime de sesmarias. Mem de Sá era o então governador geral do Brasil.

Segundo Brandão (20017) a Baía de Todos os Santos é a maior da costa brasileira, ela ressalta que de acordo documentos oficiais da época as terras ao seu redor apresentaram uma composição social e de economia voltada para exportação do fumo e do açúcar, soma-se outras atividades ocupadas por outros segmentos na região, quando atingiu cerca de 16.000 km² incluindo o Baixo Sul a qual incorporou a área de produção principalmente de alimentos. Da atividade canvieira ainda se observa na região as heranças deixada pela época, principalmente na cidade de São Felipe, onde se encontra alguns alambiques em funcionamento e outros em ruínas. Do fumo se observa a plantação, a Danco Comércio e Indústria de fumos LTDA e os prédios das antigas fábricas da Suerdieck, localizadas na região, destacando a cidade de Cruz das Almas, Maragogipe e Cachoeira, todos em ruínas,

retrato de uma época que essa região foi polo de emprego, principalmente para a classe feminina e de desenvolvimento para a região.

Figura 1 - Mapa atual dos municípios do Território do Recôncavo da Bahia



Fonte: IBGE/2010. Elaborado por: Joelia Santos.

O município de São Felipe teve sua origem em 1678, mas, somente em 29 de maio de 1880 foi emancipada.

[...] os irmãos Tiago e Felipe Dias Gato, parentes próximos de Bartolomeu Gato, grande fazendeiro em Maragogipe, partindo desta localidade, ocuparam um aprazível sítio nas proximidades do rio Copioba, junto das margens do rio Pequi, edificando a primeira moradia e fazendo plantações. Em virtude da fertilidade do solo, os irmãos Felipe e Tiago Dias Gato aliciaram a vinda de outros moradores, o que fez aumentar o número de habitantes. Dentre em pouco, vendo crescer a povoação que havia fundado, cuidaram de erigir um cruzeiro e edificar uma capela, em 1681, sob a invocação dos apóstolos São Felipe e São Tiago, que se tornaram padroeiros da nova localidade. Desde então, o pequeno povoado se tornou conhecido pela designação de São Felipe das Roças, tal a quantidade de lavouras de mandioca, fumo, cana-de-açúcar e cereais existentes. Mais tarde, talvez por terem verificado que as cabeceiras do rio Copioba não estavam muito longe do povoado, passaram a chamá-lo de São Felipe das Cabeceiras (IBGE 2017).

No município de São Felipe, ainda de acordo o IBGE (Estatuto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) encontra-se a serra da Copioba e diversos rios como: o rio Caraí, Jaguaripe dentre outros. A cidade de São Felipe localiza-se a cerca de 19 Km da cidade de Cruz das Almas e 178 Km da capital, Salvador, possui uma área de 198,71 km² e de acordo com censo

de 2017 a população está estimada em 21. 964 habitantes, com uma intensa atividade voltada para agricultura familiar, destacando a produção de farinha de mandioca, além da cultura do inhame e aipim, sem deixar de citar também as plantações de feijão, amendoim, milho, batata doce, dentre outros cultura. Com clima tropical e vários engenhos de cana de açúcar, alguns já em ruínas, nesse município que está concentrado um grande número de comunidades rurais, de agricultores familiares, mas também atividades não agrícolas. Por isso ela constitui o cenário de pesquisa.

Figura 2 - Mapa do município de São Felipe - Bahia



Fonte: IBGE/Cidades 2017.

A importância da produção agropecuária de São Felipe e a presença significativa da população rural nas inúmeras comunidades rurais foram motivadores para desvendar os sujeitos que são nomeados como agricultores familiares, visibilizando suas trajetórias e relações estabelecidas para se reproduzirem nas condições de vulnerabilidade socioeconômica que caracterizam o meio rural baiano. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), o censo agropecuário de 2017 apontou 2.143 estabelecimentos no município, desses, 1.231 as atividades desenvolvidas são a fonte de renda principal e em 912 são secundárias.

O Censo revela ainda que em 170 estabelecimentos a finalidade principal da produção é o autoconsumo, já 1.973 é a comercialização. Quanto aos dados que permitem visualizar a agricultura familiar, 665 produtores afirmaram ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP,

289 disseram que não sabiam, 289 famílias possuem a DAP acessória mulher e 52 famílias possuem a DAP acessória jovem.

5 ANÁLISE DOS SUJEITOS QUE VIVEM DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS DEMANDAS NO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE

O município de São Felipe Bahia está situado no Recôncavo da Bahia. O centro da cidade foi desenvolvido em torno da igreja matriz, perto de uma fonte denominada de “fonte do povo” porque esta possuía a capacidade de fornecer água para toda a cidade. Elemento que hoje não se observa mais no ambiente. Neste município existem diversas comunidades rurais, porém foram escolhidas 5. Em cada uma delas 2 pessoas para serem entrevistadas: Sapezinho do Bom Gosto, Jacarandá, Fazenda Velha, Vapor, e Vila Boa Vista. Esta última se diferencia pela extensão e especificidade, pois possuem divisões muito intrincadas, seus limites muitas vezes se confundem entre São Felipe e Cruz das Almas, fato que segundo um dos entrevistados chegou ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) intervir perante o assunto, pois isso trazia prejuízo para a comunidade uma vez que nenhuma prefeitura das referidas cidades se posicionavam para levar qualquer tipo de benefício.

5.1 PERFIL DOS (AS) ENTREVISTADOS/AS

As informações descritas na tabela consistiram em uma coleta de dados através de um roteiro de entrevista semiestruturado, gravadas, transcritas e posteriormente analisadas o conteúdo. A análise de campo é quando de fato se observa e se confronta o trabalho teórico analítico com a prática de um determinado objeto de pesquisa. E,

[...] a análise de conteúdo compreende técnicas de pesquisa que permitem, de forma sistemática, a descrição das mensagens e das atitudes atreladas ao contexto da enunciação, bem como as inferências sobre os dados coletados. A escolha deste método de análise pode ser explicada pela necessidade de ultrapassar as incertezas conseqüentes das hipóteses e pressupostos, pela necessidade de enriquecimento da leitura por meio da compreensão das significações e pela necessidade de desvelar as relações que se estabelecem além das falas propriamente ditas.(CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014, p. 14).

O universo das entrevistas foi composto de 2 pessoas por comunidade selecionada totalizando assim 10 pessoas, dessas, 6 são homens e 4 são mulheres.

As informações que caracterizam os entrevistados estão sumarizadas na tabela 1.

Tabela 1 - Identificação dos Entrevistados.

Entrevistados (as)	Idade	Escolaridade	Grau de Parentesco	Cor	Possuem Bolsa Família	Possuem DAP	Como se Identificaram
Entrevistado n° 1	67	Cartilha	Esposa 1 filho	Negra	Não	Não	Lavrador
Entrevistada n° 2	64	Médio completo	Esposa 1 filha 1 neta	Negra	Não	Sim	Agricultora familiar
Entrevistado n° 3	75	3º grau completo	Esposa 1 filha Sogra	Afrodese- cendente	Não	Sim	Agricultora familiar
Entrevistada n° 4	78	4ª serie	Tio	Negra	Não	Sim	Lavradora
Entrevistado n° 5	32	6ª serie	Esposa 1 filho	Negra	Sim	Sim	Lavradora
Entrevistado n° 6	71	1º serie	Sozinho	Morena	Não	Não	Lavrador
Entrevistada n° 7	36	Médio incompleto	Esposo 2 filhas Bisavó	Parda	Sim	Não	Lavradora
Entrevistado n° 8	45	Não estudou	Mulher 1 filho	Preta	Sim	Não	Lavrador
Entrevistado n° 9	40	Médio completo	Mãe	Pardo	Não	Sim	Agricultor familiar
Entrevistada n° 10	48	7ª serie	1 filho	Parda	Não	Sim	Agricultora familiar

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria (2018).

Com base na tabela, a faixa etária dos entrevistados varia entre 32 e 78 anos, todos moradores das suas respectivas comunidades rurais, onde desenvolve suas práticas agrícolas. O baixo grau de escolaridade reflete a realidade mais ampla da população adulta rural. 1 declarou que não estudou, 5 não têm o ensino fundamental completo, 2 tem o ensino médio incompleto, enquanto 2 concluíram, e 1 cursou todo o nível superior.

Em relação às pessoas as quais residem com os trabalhadores rurais, somente 1 reside sozinho, os demais residem com suas esposas, filhos e, geralmente, mais algum membro da família, seja do marido ou da esposa. No que se refere à questão racial, utilizam denominações diversas, desde pardo, morena, preta, negra, afrodescendente, mas, pelas repostas, todos poderiam ser classificados como da raça negra.

Sobre à condição socioeconômica, 3 entrevistados estão em programa de transferência de renda, o Bolsa Família. Já a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, dos 10 entrevistados apenas 6 deles possuem o documento. Das 6 pessoas que informaram possuir a declaração,

apenas 2 delas afirmaram ter acessado o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e (PAA) Programa de Aquisição de Alimentos. Diante dessa constatação fica evidente, que apesar desses trabalhadores rurais possuírem as DAPs, a maioria ainda não o utilizam para acessar linhas de créditos ou participar de outras ações as quais poderiam lhe beneficiar.

No que diz respeito à profissão ou ocupação, 6 entrevistados se autodeclararam como lavradores e 4 deles como agricultores familiares. Desse universo, 5 deles nasceram nos locais onde residem, 3 moram entre 20 e 40 anos, 1 reside a 11 anos e o mais recente tem pouco mais de 3 anos.

Quanto à posse do estabelecimento, 9 afirmaram que é próprio, apenas 1 diz que é de terceiros. O tamanho das propriedades varia consideravelmente, 3 pessoas afirmaram possuir 12 tarefas (que corresponde a 6.5 hectares), 2 afirmaram que sua propriedade possuem 8 tarefas (que corresponde a 1.5 hectares), 1 afirmou possuir 3 ½ tarefas, (que corresponde a 1.3 hectares), 1 afirmou possuir 10 tarefas (que corresponde a 4.3 hectares), 1 afirmou possuir 5 tarefas (que corresponde a 2.2 hectares), 1 afirmou possuir 2 hectares e 1 afirmou possuir 3 hectares. É importante salientar de acordo com um dos entrevistados o tamanho da propriedade pode influenciar nos resultados, seja na produção ou na decisão de se optar por outra atividade fora do estabelecimento. Como narrado por um entrevistado: “[...] eu trabalho prantano em outra roça pra mim porque aqui é muito pequeno, o lugar, o meu terreno”. (ENTREVISTADO 8).

Costumes, tradições ou crenças para o plantio são sempre bem respeitados entre os entrevistados. Referente a esta questão os trabalhadores têm uma visão muito semelhante, se baseando na natureza, em especial nos ciclos lunares para então plantar suas culturas, como foi destacada na fala simples mais sábia de um deles:

[...] Eu baseo... eu baseo pra prantar, eu não pranto um pé de mamão que não seja na quadra certa, tem que oiá, pela maré, pela lua,tem que oiá pra prantar, que se prantar fora de quadra é perdido [...]. Todo produto tem uma quadra,o amendoim, o milho,a batata, tudo tem uma hora de prantar. A mandioca tem varios tipos e cada mandioca tem uma quadra pra prantar, aí agente percura aquela quadra, uma hora é de manhã, uma hora é de tarde.Tudo é prantado na quadra, tudo tem o horaro de prantar. (ENTREVISTADO 2).

Quando perguntado sobre o uso de adubos ou fertilizantes os agricultores na sua grande maioria disseram fazer uso de produtos químicos 1010, 4148 e o foliar que é intercalados a

produtos de origem animal e a compostagem. Os produtos químicos são geralmente utilizados na plantação do inhame e mandioca, o foliar é usado na cultura do amendoim para aumentar a folhagem e o carregamento das vagens. A compostagem é originária das próprias propriedades, pois além da atividade agrícola, eles criam animais semiconfinados. A adubação é intercalada nas diversas culturas, contudo, têm aqueles que não utilizam produto químico por falta de dinheiro, mas também não são considerados como orgânicos, por não possuírem o selo. A agricultura desenvolvida pelos agricultores é utilizada não só para a comercialização, mas principalmente para o consumo:

[...] nós não podemos nos considerar como produtores orgânicos porque a gente ainda usa o fertilizante químico em alguns casos, agora no que se refere aos agrotóxicos não usa isso aqui. Até porque aqui como na predominância da área é uma agricultura de subsistência, parte disso que agente planta é para a nossa própria alimentação, então esse cuidado ele existe de forma consciente em alguns e inconsciente em outros, até mesmo pelas limitações financeiras da pessoa, nem todo agricultor tem acesso a essas práticas. (ENTREVISTADO 3).

A respeito dos produtos utilizados para conter pragas na lavoura, 6 dos trabalhadores responderam que para a formiga utilizam formicida, porém, sem sucesso, pois essa substância serve apenas como paliativo para os insetos. Outras 2 pessoas fazem uso do carrapaticida dissolvido em água e pulverizado na plantação, este produto é de uso veterinário comprado na casa do fazendeiro. Porém, estes trabalhadores poderiam estar utilizando a água da mandioca, a manipueira, líquido extraído da raiz da planta que pode ser utilizado tanto contra pragas na agricultura como ainda após alguns cuidados, pode também ser utilizado na alimentação de alguns animais, como o gado, bode entre outros, uma fórmula sustentável e eficiente para o objetivo. No entanto, 2 pessoas disseram que não usam nenhum produto, pois em suas propriedades é muito difícil esse tipo de problema.

5.2 DESAFIOS DO PROCESSO PRODUTIVO E DA COMERCIALIZAÇÃO

A grande maioria dos entrevistados respondeu que trabalha exclusivamente na zona rural. Destes, 1 trabalha na sua propriedade sozinho e na propriedade de sua irmã. 1 trabalha com o filho. 1 trabalha com marido, filha as vezes, e paga diária de forma eventual. 1 trabalha com esposa e sogra. 1 trabalha com irmão, primo e paga mão de obra eventual. 1 trabalha com a companheira. 1 trabalha sozinho e paga mão de obra eventual. 1 trabalha sozinho e troca dia de trabalhos. 1 trabalha sozinho. 1 trabalha com o esposo e a sogra. É importante salientar ainda outra forma de trabalho que os agricultores utilizam em suas unidades familiares: por

uns é chamado de “conjunto”, por outros “troca de dia de trabalho” e ainda de “mutirão”, um sistema de trabalho solidário, que se configura na reciprocidade, já que os mesmos se queixam do valor da mão de obra e que além disso é escassa, portanto uma forma de prestar serviço não monetário e que está dando certo. Como descrito na fala dos mesmos.

Trabaio eu e o menino, agente tem um conjunto assim, uma hora vai fazer o serço de um, outa hora vai fazer o seviço de outro. Onte mermo não peguei em enxada aqui, fui ajudar um menino ali rancar um amendoim, nós passou de meio dia pra rancar o amendoim. (ENTREVISTADO 1).

[...] agente trabalha muito com mutirão, [...]. Aqui em cima é assim pra plantar e pra rancar, pra plantar amendoim pra raspar mandioca tudo com a vizinhança. Junta todo mundo pra fazer de um, junta todo mundo pra racar de outro. Nunca faz no dia só, hoje é fulano, amanhã é o outro, aí divide a semana logo. Segunda de um, terça de outro, trabalha muito assim de mutirão. (ENTREVISTADA 2).

Dentre os 10 entrevistados 2 relataram possuir outra atividade além da agrícola. 1 trabalha 3 dias por mês das 7:00h às 17:00h no Sindicato Rural do Município, por fazer parte da Diretoria do mesmo. 1 trabalha como artesã e vendendo Michelin, segundo a entrevistada a motivação para que ela desenvolva outra atividade é para não ficar parada, já que lhe faz muito bem e ainda entra um “dinheirinho” extra, esse trabalho é desenvolvido nas suas horas vagas ao trabalho agrícola. No entanto ambos têm como atividade principal a agricultura. 1 ainda relatou que desempenha outra atividade na própria propriedade, beneficiando os produtos In natura da sua unidade familiar, formando um empreendimento familiar. Como remuneração segundo o agricultor que trabalha no Sindicato o pagamento é de acordo o número de diárias trabalhadas, já o segundo relatou que sua remuneração depende das vendas das peças vendidas (micheline e artesanato), o que trabalha com a transformação de alimentos tem como forma de pagamento os valores definidos pelo mapa de vendas do PNAE, e de acordo as propostas de encomendas que recebem.

A respeito da pergunta se as atividades agrícolas são suficiente para a família viver, não foi obtida uma resposta satisfatória, apenas 2 pessoas responderam que de fato as atividades produtiva atendem suas demandas, porém pode ser detectado nas falas dos próprios entrevistados que as mesmas não são suficientes para atender suas necessidades e tem na sua aposentadoria, ou em outra atividade quem a possuem, uma complementação de renda, ou um conformismo por parte delas. Algumas ressalvas sobre o assunto é evidente nas falas dos agricultores. “Dar pra viver, apertano dali ou daqui, um tantinho daqui e dali, mas dar, agora tem uma ajudinha ainda melhor, do beneficio”. (ENTREVISTDAO 1). “Aqui é, mas deixo

claro que tenho uma renda complementar que é da aposentadoria, certo [...]”. (Entrevistado 3). “O pouco com Deus é muito e o muito sem Deus não é nada, agente vai viver como pode [...].” (Entrevistada 4).

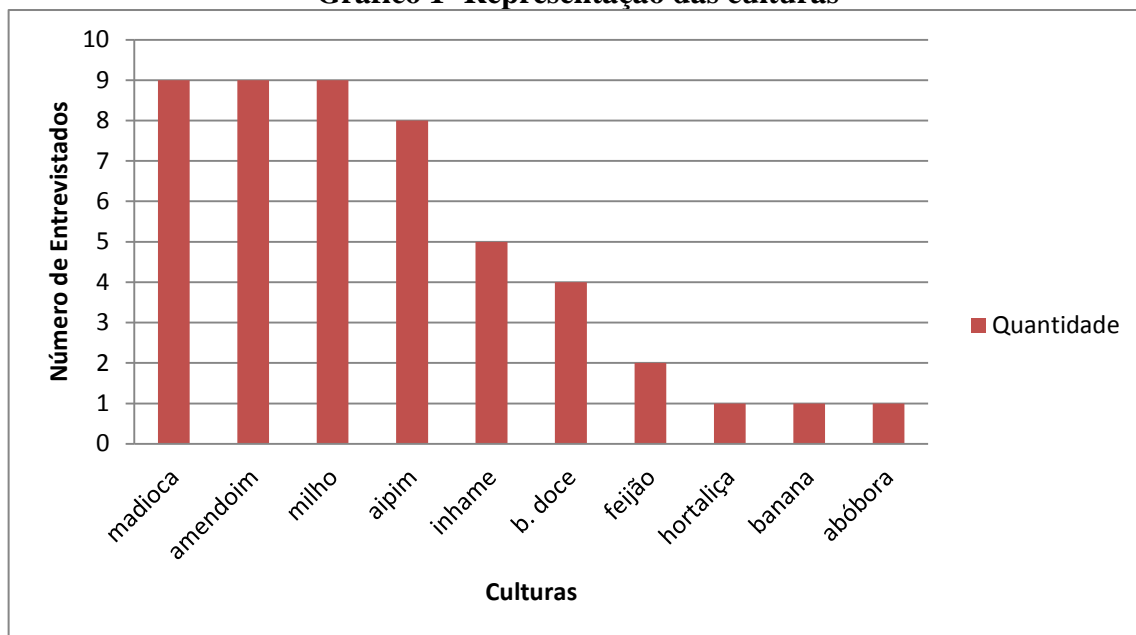
Sobre parentes que praticam outra atividade não agrícola, como forma de complementação de renda, 1 entrevistado declarou que a filha é professora, sonho que ela tinha desde pequena e trabalha de carteira assinada. 1 informou que sua esposa trabalha na sua propriedade manipulando a matéria prima do próprio estabelecimento, produzindo novos alimentos, uma forma de agregar valor e diversificar a produção e tem como forma de pagamento os valores definidos pelo mapa de vendas do PNAE e de acordo as propostas de encomendas que recebe. 1 entrevistada relatou ter um filho que trabalha na oficina, tem seu pagamento por semana, mas não disse o valor que ele recebe, e tem como justificativa para desenvolvê-la, não gostar e não se adaptar ao sistema de trabalho no campo, embora desenvolva também atividades agrícolas. 1 informou que seu filho trabalha fazendo carregamento de caminhão na zona rural, transportando produtos agrícolas, e não sabe como é a forma nem o valor que recebe. 2 informaram que sua mulher é diarista, desenvolvendo atividades produtivas na zona rural, entre elas, a raspagem da mandioca nas casas de farinha da região. Todos exercem trabalhos informais com exceção da professora. Como se pode constatar dentre os 10 entrevistados apenas 1 possui um estabelecimento na sua propriedade. De acordo com ele esse espaço é importante e funciona como agroindústria, pois não só produz a matéria prima como também as transforma, agregando valor aos produtos, diversificando os mesmos. Esse espaço que é individual, no momento está sendo usado como coletivo já que o ambiente próprio ainda não está funcionando pela falta da fase de energia adequada para funcionar os equipamentos da agroindústria.

Aqui nos temos um empreendimento que é individual que eventualmente agente usa de forma coletiva como sede porque o nosso empreendimento coletivo, da associação tá ali todo equipado dependendo de energia para entrar em funcionamento, enquanto isso não acontece quando há necessidade agente usa coletivamente esse daqui, como no momento está sendo usado para confeccionar biscoito de goma para o PNAE de forma eventual e precária. Aqui agente fabrica bolo, biscoito, todos os derivados da mandioca que vai desde o sorvete até a pizza de aipim, muncuzar de aipim, polpa de frutas, geleia e doce de corte etc, agente tem esse lorral. Agente tá dependendo apenas é de organizar essa atividade e encaixar no mercado. (ENTREVISTADO 3).

As comunidades têm culturas produtivas muito semelhantes e bem diversificadas. Os agricultores na sua grande maioria plantam culturas anuais mais também sazonais. 1 planta inhame, mandioca, aipim milho, amendoim e batata doce. 1 planta inhame, mandioca, aipim,

milho, amendoim, batata doce e hortaliças. 1 planta mandioca, amendoim, milho e feijão. 1 planta mandioca, amendoim e milho. 1 planta inhame, aipim, amendoim, milho e feijão. 1 planta mandioca, aipim, banana e abóbora. 1planta mandioca, aipim, inhame, amendoim e milho. 1 planta mandioca, aipim, milho e amendoim. 1 planta mandioca, aipim, milho, amendoim e batata doce. 1 planta inhame, mandioca, amendoim, milho, aipim, e batata doce. Alguns ainda possuem a criação de animais semiconfinados como a galinhas, gado e caprinos.

Gráfico 1- Representação das culturas



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria (2018).

A produção entre os agricultores é para o alto consumo e para a comercialização, porém, 1 salientou que comercializa apenas o excedente e ainda fez uma análise dizendo: “agente que mora na zona rural, dali mesmo do que plantamos agente tira nosso alimento, infelizmente agente depende de algumas coisas industrializadas, mas com o que se planta na roça a gente vai vivero...”.(ENTREVISTADO 5).

Foi observada uma situação típica sobre os espaços de comercialização. 100% dos entrevistados relataram que vendem para atravessadores, estes vem em primeiro lugar nas falas dos entrevistados, além deles, 2 agricultor vendem também para feira livres municipais e 1 deles já participou e comercializou seus produtos em feiras comunitárias, feiras promovida pelo Serviço Territorial de Apoio a Agricultura Familiar (SETAF), na Feira Internacional de Agropecuária da Bahia (FENAGRO), este enfatizou sobre a relevância das feiras. Isso é observado no dialogo do mesmo.

[...] as feiras livres no momento não estamos participando porque fiquei afastado mais de um ano vítima de uma enfermidade e estou me recuperando, nesse período deixei de participar, mas temos nas feirinhas um bom mercado para o agricultor de modo geral. Não só aquelas promovida pelo município como a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), agente participava semanalmente e é assim um suporte muito importante para o agricultor porque ele tem a oportunidade de venda direta para o consumidor e aquela remuneração imediata para o seu sustento. (ENTREVISTADO 3).

Sobre os mercados institucionais dos 10 entrevistados apenas 2 participam desse processo. 1 participa do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) através da associação a qual ele é associado e 1 que constituiu um grupo informal na comunidade, juntamente com alguns agricultores para passar os produtos agrícolas para prefeitura, porém ele se queixa pelo atraso que a instituição apresenta no pagamento.

Com relação ao processo da autoidentificação, houve dificuldade de entendimento da pergunta. Ao reformulá-la⁷, os entrevistados compreenderam o sentido, sendo que 4 se identificaram como agricultores familiares e 6 como lavradores. Quando indagados se existe diferença entre as terminologias, destacamos a seguinte resposta:

Eu como convivo muito com associações, estou sempre participando de coisas em associações, eu acho que agricultora familiar faz mais parte da vida da gente, houve um trabalho com mandioca na comunidade do Chaves, eu fui, participei o dia todo, tudo sobre mandioca, ainda servi manga e ainda plantei pouquinho. Aí meu menino diz assim, nossa a senhora não quer perder nada, mas a gente vai e aprende. Hoje é diferente. O lavrador naquele tempo não participava de nada, ele só trabalhava. [Neste momento, a entrevistada fez um gesto com as mãos dando a entender que o lavrador era só pra plantar, o marido chegou na porta da sala, a entrevistada aponta para ele e diz] Ele, não participa de nada, ele só trabalha, [...] ele aprende na experiência dele mesmo. Associações, [...] reuniões tudo sou eu. (ENTREVISTADA 2).

Na pergunta referente como os entrevistados se tornaram pessoas que trabalham com agricultura, as respostas foram quase que unânimes: tradição, valores e conhecimento adquiridos de família, uma ciência passada de seus pais. Porém 1 ressaltou que não é de origem rural, mas ao conhecer seu esposo que não queria ir para a cidade, foi mais fácil ela o acompanhar-lo. 1 dos entrevistados ressaltou sua trajetória e seus sentimentos intrínsecos a ele mesmo estando afastado do campo, o que pode ser observado no seu depoimento.

Vem da infância, minha origem é rural, por questões outras fui trabalhar na zona urbana. Naquela época a família era muito grande e a propriedade lá não atendia, houveram assim conflitos familiares, questões que implicaram em decisão pessoal, se aqui não estou em paz vou procurar outro espaço, é tanto que mesmo trabalhando na zona urbana eu nunca tirei o pé da roça, em determinado momento eu voltei e

⁷ A partir dos trabalhos que o Srº (a) desenvolve na roça, o Srº (a) se considera um agricultor familiar ou um lavrador?

fiquei trabalhando nos dois lugares, mais assim houve conflito entre herdeiros aí eu preferir deixar tudo, isso aí não comprei e prometi a Deus que se ele quisesse que eu voltasse pra roça que me proporcionasse, e ele me proporcionou aqui, é bem menor que a propriedade lá da minha origem, mas pelos menos aqui eu tou em paz. Mas nunca tirei o pé da roça, mesmo no Rio de Janeiro eu plantei roça, dentro de Salvador eu plantei roça. Faz parte de mim da minha origem. Conforme eu já contei em outras entrevistas, na época eu não queria sair do campo eu praticamente fui arrancado do campo né, mas Deus quis assim, assim foi, e continua sendo. Eu sempre me considerei como um tabareu, como homem do campo, mesmo que em alguns momentos na minha atividade, trabalho, eu me descaracterizei como homem do campo, me descaracterizei fisicamente, mas emocionalmente eu nunca tirei essa característica de me. Por uma questão de origem, isso aí se almolhou no meu caráter e passou a fazer parte do meu caráter, ela faz parte do meu sentimento, do meu emocional e isso se internalizou, eu sou apaixonado ao trabalho rural, ao meio ambiente, ao jeito de ser, a forma de viver, tudo isso me apraz muito, apesar das minhas atividades urbanas graças a Deus ter sido relativamente bem sucedida é como eu costumo dizer, eu aprender a pizar no tapete e na lama também e sujar os pés rsrs. (ENTREVISTADO 3).

Esse depoimento expressa a relação dos agricultores, ou lavradores, com suas origens. É o trabalho realizado no estabelecimento, ou seja na zona rural que os molda e torna-se elemento constitutivo do que são, da forma de sentir e de agir.

5.3 A PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES EM FORMATOS ASSOCIATIVOS

Sobre aspectos associativos, dos 10 agricultores, 6 informam que em sua comunidade tem associação e 4 informam que a associação da comunidade vizinha também representa a sua. Apesar disso, 5 deles não participam e não são associados e 5 participam e são associados. É importante salientar que os depoimentos dos entrevistados expressam as motivações pelas quais as associações foram criadas, ou seja, as razões foram de cunho social e comunitário, uma forma útil de trazer melhorias para a vida de seus associados ou para a comunidade, isso pode ser observado em seus depoimentos.

Ela foi criada pra ajudar a comunidade a se desenvolver, a associação ela ajuda em tudo, a associação é o coração da comunidade, agente aprende muita coisa, aprende a se socializar, agente aprende tudo. Melhorou muito a comunidade, veio banheiro público através da associação, tem ensinamentos de uma coisa, de outra. Então os objetivos estão sendo alcançados né. (ENTREVISTADA 2).

Eu digo que sim, estão sendo alcançados, em alguns momentos com maior rendimento, no outro de uma forma mais tímida, mas agente continua lutando por esses ideais e eles não se esgotam porque pela própria dinâmica da vida as transformações são constantes, são diversos contextos e eles vão se transformando conforme as necessidades do momento. (ENTREVISTADO 3).

Garantir o direito do agricultor familiar e buscar melhorias junto ao governo, as autoridades, porque é difícil chegar algo do governo pra gente, e se não tiver uma associação, se não se organizar numa associação pra buscar pior fica. Só se consegue alguma coisa do governo através da associação [...] buscar crédito rural, buscar melhorias pra comunidade e outros benefícios. Na medida do possível com muita dificuldade algumas coisas já melhoraram um pouco. (ENTREVISTADO 5).

Com certeza, agente já fez alguns eventos dentro da associação, a igreja foi construída com os eventos que agente fez pela associação, tem também a coleta de lixo, vem alguns secretário debater assuntos do município, vereadores quando agente manda ofício eles aparecem aí, e o calçamento aqui da praça que foi também através da associação.(ENTREVISTADO 8).

Os relatos revelam que as associações desempenham um papel primordial para a melhoria das condições de vida das comunidades, porém, como identificado por Anjos, Silva e Oliveira (2016), a maioria das associações comunitárias não atua na organização da produção e da comercialização. Em relação à empreendimentos aos quais os agricultores poderia está comercializando 9 entrevistados afirmam não participar de nenhum, somente 1 entrevistado dos que fazem parte de associação comercializa seus produtos no PNAE o que acontece de modo formal como ele mesmo deixa bem claro em suas explicações.

Atualmente acontece uma chamada pública, cada município e até mesmo o Estado tem os diversos etens federados, eles participam do PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar), aí sai os editais e agente procura concorrer conforme as conveniências e as exigências da Lei (11.947/2009) e da agricultura familiar. No caso específico aqui de Cruz das Almas anualmente sai um edital, chamada pública, aí agente cumpre as formalidades para concorrer(questionei porque Cruz das Almas). A associação está inscrita nos limites do município, onde parte da comunidade pertence a um município, a outra parte a outro município e se confundem. Tem esse conflito essa particularidade que em alguns momentos já significou conflito que houve inclusive a intervenção do IBGE para definir. Quando eu cheguei para aqui, cheguei a designar aqui a ilha dos esquecidos, porque o município de Cruz das Almas não trazia benefício para cá porque dizia que aqui era município de São Felipe, e o município de São Felipe pela mesma forma, não trazia nenhum benefício porque dizia que era de Cruz das Almas. O trator do pessoal de São Felipe passava até a comunidade do Vapor e lá parava até ali no mata jegue (uma ladeira muito íngreme) e dizia não vou passar ali não porque ali é de responsabilidade de Cruz e São Felipe a mesma coisa vinha, vinha hegava ali(na Ladeira) parava, aí eu comecei discutir isso por aí a fora, aí eles resolveram voltar para aqui, aí agente conseguiu a energia, o posto, vem aí a agroindústria a igreja católica que não tinha também, a energia, o poço diretamente através da associação, a igreja católica foi com participação da associação com iniciativa da comunidade, encabeçada pela comunidade, agente se reunia promovia leilões etc, tudo usando o nome da associação mas direcionando por membros da comunidade, tinha uma comissão de construção que atualmente é chamado dentro da igreja de comissão do dizimo, tem nas comunidades aí a fora. E muitos outros programas de extensão, programa de produção da agricultura familiar, através do MDA, enfim atividade através da associação. (ENTREVISTADO 3).

Sobre as principais dificuldades enfrentadas na comercialização dos seus produtos, os entrevistados relataram: os citados foram: o preço, o transporte para conduzir os produtos até as feiras livres, a falta de organização das pessoas para venda em cooperativa, os

atravessadores que aparecem na porta procurando produtos, não ter a quem vender, a falta de organização dos agricultores para que possam comercializar de forma coletiva. Contudo, vale salientar que os grandes problemas da comercialização mais enfatizados foram os preços e os atravessadores. Apesar disso, alguns enxergam nos intermediários uma válvula de escape para a venda da sua produção.

[...] é os atravessadores, agente nunca tem um preço determinado, quem faz os preços é eles, parece que um bota no ouvido, coxixa com o outro. No tempo de amendoim por exemplo é R\$80,00 todo mundo tá pagando R\$ 80,00. Então os atravessadores eles se unem e agente se pregudica. Para resolver isso, é agente se juntar em cooperativas e associações [...] são poucas pessoas na associação, não tem 30, nessa comunidade tem mais de 300 pessoas e 150 casas ou mais. Muita gente pensa que a associação é só pra trazer aposentadoria, benefício de mulher quando ganha nenê, então eles só querem associação pra isso, não acha que a associação é para ajudar no desenvolvimento de venda e compra, essas coisas.(ENTREVISTADA 2).

Os atravessadores. É visível ver que nosso problema de comercialização é o atravessador e, por outro lado sem eles também não teria produção, porque não teria como vender. Se com eles tá ruim, sem eles taria pior ainda. São caminhões mais caminhões toda semana que sai dessa região aqui em direção a Feira de Santana, Salvador, várias outras feiras, ceasa, sem eles nós estaria plantando só para o consumo, porque nossas feiras aqui não iam comportar tantos produtos. (ENTREVISTADO 5).

As dificuldades para comercializar pelas associações são atribuídas à falta de organização e união entre os associados. Por outro lado, os próprios agricultores apresentam possíveis soluções:

Eu acho que é a união entre socios, porque os socios, eles deviam se unir, tá vabora todo mundo juntar e vender a uma pessoa só, [...] eu acho que é união entre socios, porque eles não se juntam pra comercializar não, cada um vai fazendo do jeito que quer. Porque teve uma época no ano passado, a gestão passada da prefeitura que tinha a união com os socios que juntaram uns quatro ou cinco socios, e quem tinha passava para quem não tinha. (ENTREVISTADA 2).

Primeiro agente necessita de melhorar a organização dos agricultores para que seja um trabalho de forma coletiva, mais eficiente, eu diria que uma das soluções mais pratica seria uma coopertiva de natureza regional, não uma cooperativa local porque salvo melhor juízo é insuficiente agente sustentar a operação de uma cooperativa em modo local, é nescesario uma cooperativa regional.(ENTREVISTADO 3).

No que se refere a assistência técnica, 7 dos entrevistados disseram que não tem assistência técnica e 3 disseram que tem assistência técnica prestada pela Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (ASCOOB), ainda que um deles questione o serviço prestado.

Nós temos assistência técnica, mas não voltada para a produção, são mais voltada para aspectos sociais, programas assistenciais do governo, não focada na atividade produtiva. Então agente precisa disso aí, um técnico para orientar a utilização do solo, planejar a produção. Aqui se produz de forma muito desorganizada, o pessoal é

muito influenciado pelo resultado momentâneo e corre chega no final dar excesso de oferta, e excesso de oferta é quebra de preço, todo aquele trabalho se tornou inviável economicamente, planejar a produção, os recursos hídricos [...]. (ENTREVISTADO 3).

Todos os entrevistados afirmaram que não foram beneficiados por nenhuma política pública inicialmente, mas, no decorrer do diálogo, dos 10 agricultores 4 relataram já terem sido beneficiados com a distribuição de sementes. 1 deles relatou que, além das sementes recebeu adubação. Outros 3 já foi beneficiados com o Programa Luz e Água para Todos. Ao final da pesquisa de campo, verificamos que 3 agricultores não relataram nenhuma política pública que os tivessem beneficiados diretamente. A contradição das falas dos informantes sobre ter acesso ou não as políticas públicas, demonstra, em certa medida, que as ações dos entes públicos nem sempre são apresentadas como resultado de políticas implementadas por determinados governos. Inclusive, para o entrevistado que recebe a assistência técnica da ASCOOB, não está evidente que o serviço é prestado por uma parceria da organização social com o poder público.

Ao se buscar identificar a composição da renda familiar não foi possível ter uma análise conclusiva pela falta de clareza nas respostas, os agricultores não têm isso muito definido, por isso as repostas não foram claras. Então foi perguntado sobre o valor retirado na comercialização dos produtos da agricultura, uma maneira de obter uma média da composição da renda familiar, mesmo assim continua é insuficiente as respostas, segundo eles, não têm uma base, pois as culturas são espaçadas de 6 meses a um ano. Dos 3 depoentes que conseguiram estimar um valor recebido pelas vendas dos produtos, oscilaram entre R\$ 2.000,00 e R\$ 5.000,00 por ano. Percebemos que o controle dos custos de produção e os valores das vendas são mais evidentes para aquele que está inserido no PNAE.

Uma plantação de batata gastei R\$ 350,00, se eu vender para o PNAE de acordo o mapa de venda ela vai me dar um valor em torno de R\$ 2.500,00 a R\$ 3.000,00. Se eu vender no preço atual para outros locais, ela me daria em torno de R\$ 1.000,00 R\$ 1.200,00. Porque o preço caiu drasticamente, uma caixa de batata, a média aqui na roça é de R\$ 35,00 R\$ 40,00, agora tá saindo por R\$ 15,00 e quando chega no verão eles chegam a comprar a batata até de R\$ 90,00 [...] ela sofre muito a influencia sazonal.(ENTREVISTADO 3).

Sobre os valores gerados pelas atividades não agrícolas, somente 2 agricultores responderam. 1 afirmou que por ano, o valor retirado em média fica na faixa de R\$ 1.200,00 e 1 o relatou que retira por mês uma média de R\$ 200,00 a R\$300,00. Esses dados não nos permitem fazer nenhuma reflexão sobre a importância das atividades não agrícolas na composição da renda

familiar. Segundo o agricultor que possui um empreendimento em sua casa, os preços são compensatórios, pois no valor dos produtos são embutidos valores da logística. Entretanto, é necessário compreender que há um largo caminho para ser trilhado pelos sujeitos que compõem a agricultura familiar de São Felipe e necessitam comercializar seus produtos, principalmente se for através dos formatos associativos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agricultor familiar do município de São Felipe no Território do Recôncavo baiano é agente de desenvolvimento que apresenta mudanças em seus espaços. Além de desenvolver atividades agrícolas em suas unidades rurais, ainda desenvolve em outras propriedades, essa questão é provocada pela pequena extensão de terra que possui. É também através dessa nova escolha de trabalho que estes agricultores complementam o seu sustento e manutenção de sua família nos locais onde moram e se identificam, pois a agricultura desenvolvida em sua propriedade ainda não se apresenta capaz de atender toda demanda desse público. Essa carência fica evidenciada principalmente entre os mais jovens que não possuem uma fonte de renda mínima garantida, diferente dos mais velhos que já são aposentados, isso faz com que os jovens sejam instigados a desenvolver atividades não agrícolas em outros espaços inclusive na zona urbana, o que se configura como pluratividade, uma forma alternativa de preencher suas lacunas socioeconômicas e permanecer no campo.

Outras limitações enfrentadas pelos agricultores é o sistema de trabalho baseado em ferramentas simplórias e arcaicas o qual não facilita o desenrolar das atividades rurais e nem agrega entusiasmo, principalmente para os jovens, como confirma a fala a seguir.

Não é um trabalho ruim é um trabalho pesado, quando agente chega a uma certa idade pra rastar enxada, agente não tá mais jovem, trabalho de roça, trabalha que tem corajem é um trabalho pesado, e um trabalho duro mesmo, olha que o jovem de hoje ninguém quer não, o meu filho mesmo de 20 anos quer saber de roça não, ele plantou amendoim depois ele disse assim, “o mainha se a senhora plantar para o ano a senhora vai colher sozinha, eu vou pra cidade. (ENTREVISTADA 10).

Embora os moradores e trabalhadores do campo na grande maioria dos entrevistados se identifiquem como lavradores a Lei (11.326/2006), conceitua-os como agricultor familiar àqueles que estão dentro de padrões estipulados pela mesma: possuir no máximo quatro módulos fiscais de terra, utilizar mão de obra de predomínio familiar, apresentar renda familiar de originária das atividades agrícolas, além disso, possuir a CAF (Cadastro Nacional do Agricultor Familiar), antiga DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), devendo ainda participar dos programas de fomento e de reparação à categoria como PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) correspondente a linhas de créditos; PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) quando órgãos públicos devem comprar até 30% de produtos da agricultura familiar e PAA (Programa de Aquisição de Alimentos),

quando entidades publicas devem comprar diretamente do agricultor com dispensa de licitação.

É importante destacar que dentre os entrevistados (as), nota-se a inserção das mulheres em associações, uma vez que as mesmas vêm na organização não só uma forma de obter vantagens, mas também um espaço dinâmico, um veículo de informação, a oportunidade de se integrar com novos contextos e espaços dentro da sociedade, socialização de novos aprendizados. Vale salientar ainda, que a comunidade rural mais próxima da zona urbana não apresenta grandes diferenças das demais comunidades rurais.

Uma ligação ao associativismo pode ser destacado também entre os agricultores, quando se unem para desenvolver tarefas referentes à agricultura, em outras propriedades, os chamados digitórios, mutirões, troca de dias de trabalho ou ainda “conjunto”, uma forma alternativa, uma estratégia de trabalho baseado na ajuda mútua:

O trabalho agrícola não é apenas sazonal no sentido de concentração de determinadas tarefas em algumas épocas do ano, mas ele é também imperativo, no sentido de que as tarefas têm que ser realizadas no momento correto ou todo esforço empenhado na produção pode ser perdido, o que acentua a importância das relações de reciprocidade entre produtores familiares. (CAMARGO e OLIVEIRA 2010, p. 1712).

No que se refere aos produtos químicos são geralmente utilizados na plantação do inhame, amendoim e mandioca, porém é evidente o uso de adubos de animais e de compostagem, originários das próprias propriedades, intercalados nas diversas culturas, porque além da atividade agrícola, eles criam animais semiconfinados. Contudo tem aqueles que não utilizam produto químico por falta de dinheiro, mas não são considerados como orgânicos, por não possuir o selo. A agricultura desenvolvida é utilizada não só para a comercialização, mas também para consumo:

[...] nós não podemos nos considerar como produtores orgânicos porque agente ainda usa o fertilizante químico em alguns casos, agora no que se refere aos agrotóxicos não usa isso aqui. Até porque aqui como na predominância da área é um agricultura de subsistência, parte disso que agente planta é para a nossa própria alimentação, então esse cuidado ele existe de forma conciente em alguns e inconciente em outros, até mesmo pelas limitações financeiras né a pessoa, o indivíduo, nem todo agricultor tem acesso a essas práticas. (ENTREVISTADO 3).

Outra observação é que os atravessadores cada vez mais atuantes, quando vão diretamente para a roça arrancar os produtos que querem comprar das mãos dos agricultores, praticidade para o agricultor que não percebem a malícia diante da ação desses sujeitos que desvaloriza os

produtos. Os atravessadores oferecem preço articulados entre eles, uma exploração do agricultor que às vezes por não possuir outros espaços de comercialização se submetem a preços monopolizados pelos mesmos. Por outro lado se observa a deficiência das políticas públicas de fomento à categoria que se apresenta nesses espaços, consequência que recai diretamente na insuficiência de assistências técnica e na falta de conhecimento.

Seria conveniente que se pensasse em políticas de acordo a realidade desses espaços, agregando e aproveitando os saberes, as potencialidades e vocações integrando com políticas públicas outras variáveis de apoio, uma forma de inserir esses sujeitos rurais em espaços que de fato fosse capaz de haver viabilidade para sua vida e a vida de suas famílias, que não seja apenas a roça. Isso estimularia famílias na sua organização para com sua propriedade, desenvolver as atividades rurais com o objetivo de obter resultados e ganhos na produção para além do consumo fixando o homem no campo:

[...], o estabelecimento familiar não é só um lugar de produção. É também o lar da família agricultora. É o local a que pertencem às pessoas, além de ser o lugar que lhes proporciona abrigo. Em suma, é o lugar onde a família vive e onde as crianças crescem. A agricultura familiar é parte de um fluxo que une passado, presente e futuro, o que significa que cada estabelecimento familiar possui uma história cheia de memórias. (PLOEG, 2014 p. 8).

Diante dessas realidades, faz-se necessário tomar como desafio as particularidades e heterogeneidades desse seguimento, agricultor familiar ou camponês, base de uma agricultura, valendo-se das pesquisas para traçar estratégias políticas e educacionais para aplicar nos gargalos os quais permeiam a agricultura familiar e o espaço rural, agregando políticas públicas de governos que objetivem fortalecer a agricultura em evidencia. É questão de fundamental importância levar pessoas comprometidas e/ou desse seguimento para reuniões onde some o debate sobre questões que eleve essa forma de agricultura. Uma vez que Ploeg (2014), afirma que a agricultura familiar é difícil de ser entendida por possuir formação e aspectos individuais em sua origem, complexo e multidimensional. Por esse e outros contextos já aparentados no corpo desse trabalho, a agricultura familiar ainda apresenta carências, apesar de já está sendo analisada por diversos aspectos, precisando ser noticiada para além do econômico, como acontece com a agricultura oposta à familiar: a patronal, levando em consideração a origem da relação entre o agricultor com a agricultura, a qual é “considerada como uma forma de vida” (PLOEG 2014, p.7). Somente com a visibilidade dos

sujeitos que compõe o espaço rural e suas trajetórias, assegurando suas demandas pode-se enxergar um mundo rural com redução das vulnerabilidades socioeconômicas.

7 REFERÊNCIAS

- ANJOS, Eliene ; SILVA, Daciane de Oliveira; OLIVEIRA, Cibele Cristina Bueno de. **Uma caracterização das organizações econômicas da agricultura familiar orientadas para a aquisição de infraestrutura e o uso de bens e serviços para seus associados**. Simpósio Nacional o Rural e o Urbano no Brasil – SINARUB, 2016.
- ANJOS, Eliene. **Agricultura familiar e cooperativismo: notas introdutórias para o debate**. Cruz das Almas, 2015 (mimeo).
- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária – **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** – vol. 1, nº 1, p. 1-21,1999.
- BAHIA. **Bahia é o estado com o maior número de agricultores familiares do Brasil**. Disponível em:
<http://www.jornalbahiaonline.com.br/noticia/22213/bahia_e_o_estado_com_o_maior_numero_de_agricultores_familiares_do_brasil.2017> Acessado em: 09 de agosto 2018.
- BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEREIRO, Ademar R; GUANZIROLI, Carlos. **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. DOSSIÊ. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347.
- BRANDÃO, Maria Azevedo de. ENSAIO. Os Vários Recôncavos e Seus Riscos. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras** vol. 1(1), 2017 p. 53 a 56. Disponível em:
<<https://www2.ufrb.edu.br/reconcavos/edicoes/n01/pdf/brandao.pdf>>
- CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de. **Agricultura familiar, multifuncionalidades da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa**. Ciência Rural, Santa Maria, v. 42, n.9, p.1707-1714, set 2012.
- CARNEIRO, M.J; MALUF, Renato. (ORGS). Para além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: Manaus 2003.
- CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO Marta Macedo Kerr. **Análise de Conteúdo: Considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método**. Inf. & Soc.: Est., João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014
- COUTO FILHO, Vitor de Athayde; TAKAGI, Maya (Coord). **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro**. Brasília (DF): MDA, 2007. 200 p. (Nead Especial ; 9) ISBN 9788576171249
- COLEGIADO TERRITORIAL DO RECONCAVO. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário- PTDRSS**. Cruz das Almas-Bahia, abril- 2017.
- CORREIO BRAZILIENSE MUNDO. **ONU: número de pessoas que passam fome no mundo sobe para 108 milhões**. Março/2017. Disponível em:
<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2017/03/31/interna_mundo,585208/onu-numero-de-pessoas-que-passam-fome-no-mundo-sobe-para-108-milhoes.shtml> Acessado em: 08 de julho de 2018.
- DEVARTE, Rocha; MONTEIRO, Elida Suzete Ramos Barbosa; MACHADO, Mônica Cristina Rovares. Feira do Produtor Rural de Palmas: um espaço para a comercialização da agricultura familiar. In: CANÇADO, Airton Cardoso; PEREIRA, José Roberto; SILVA JR, Jeová Torres. **Economia solidária, cooperativismo popular e autogestão: as experiências em Palmas** – TO. 2007.
- EVANDRO, Oliveira de. **Agricultura Familiar e sua Identidade no Espaço Rural**. Revista Ciências Humanas-UNITAU. Volume 7, nº 2, p.173-188, jul-dez/2014.Taubaté-SP-Brasil.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910-1989. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. Ed. Totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed.- São Paulo: Atlas, 2002.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

GUANZIROLI, Carlos et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288p. ISBN 8586435546 (broch.)

GUANZIROLI, Carlos Enrique; SABBATO, Alberto Di; VIDAL, Maria de Fátima. **Evolução da Agricultura Familiar Nordestina: Uma análise comparativa entre dois censos agropecuários**. Revista Econômica. NE, Fortaleza, v.45, suplementos especial, p 93-105, out./dez, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro- 8º ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

IBGE. **Bahia - São Felipe**, histórico. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=292910>> Acessado em: 27 de agosto 2017.

JUNIOR, Oliveira Israel de; COSTA, Rebouças Diego. **Análise de Indicadores Socioeconômicos no Território de Identidade Recôncavo: O Geoprocessamento Aplicado ao Planejamento Territorial**. Anais do Simpósio Regional de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto- Geonordeste, Aracaju, Brasil 2014.

IBGE. Panorama. **IBGE Cidades**, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em Dezembro 2017.

LACERDA, Tâmara Rangel de; AZEVEDO, Alessandra B; ANJOS, Eliene. Feiras Populares: Autogestão e fortalecimento da Agricultura Familiar. **Anais da SOBER 55º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Universidade Federal de Santa Maria – RS, 2017.

MEU CRÉDITO RURAL. **Dados e estatísticas do PRONAF no Território de Identidade do Recôncavo da Bahia**. Disponível em: <<http://www.meucreditorural.com.br/numeros-do-pronaf-no-reconcavo>> Acessado em: 18 de agosto de 2018.

KAGEYAMA Angela A; BERGAMASCO, Sonia M. P. P.; OLIVEIRA, Julieta Aier de. **Novas possibilidades de pesquisa sobre a agricultura familiar no Brasil a partir do censo de 2006**. Revista tecnologia & inovação agropecuária. Dezembro: 2008. Disponível em: <http://www.apta.sp.gov.br/Publicacoes/T&IA2/T&IAv1n2/Artigo_Agricultura_Familiar_no_Brasil_2.pdf>Acessado em: 09 de agosto de 2018.

MFRURAL. **São Felipe – Bahia**. Disponível em: <<https://www.mfrural.com.br/mobile/cidade/sao-felipe-ba.aspx#Geografia>> Acessado em: 13 de agosto de 2018.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: Aspta, 2009.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. DEZ QUALIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR. Cadernos de debate nº 1. Fevereiro de 2014. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. Número Extra.

POLETTO, Jessica Ramos; BARRINHA, Roselaine Navarro; PERONDI, Miguel Ângelo. **Camponês ou Agricultor Familiar: Um estudo de caso de pequenos produtores no Sudoeste do Paraná**. 55º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural Inovação, Extensão e Cooperação para o Desenvolvimento. Universidade Federal de Santa Maria –RS. Agosto: 2017.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 2. Ad. 2007. Coleção primeiro passos, 189.

SOUZA, Luciano Ricardio Santana de. **A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade**: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. Cuad rural, Bogotá – Colômbia, p. 231-249, 2011.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – Vol.18 nº 51, p.100-121, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio; NIEDERLE, André Paulo: Agricultura Familiar e Teoria Social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: **Savanas**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (org.). Brasília, p.989-101, 2008.

SILVA, Martins Juniele; MENDES Paula Ponte Estevane de. Agricultura Familiar e Cultura: Identidade e Territorialidades. **Anais XVI Encontro Nacionais dos Geógrafos, Crises, práxis e autonomia**: espaços de resistência e de esperanças. Espaço de Diálogo e Práticas Porto Alegre- RS, 2010.

SEAD. Secretaria de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Casa Civil. **Microcrédito Rural**. Disponível <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/microcr%C3%A9dito-rural>> Acessado em: 17 de julho de 2018.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). **Recentes transformações no rural baiano**. Salvador: 2003.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). **Agricultura familiar na Bahia**. Salvador: Abril/2018. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images//publicacoes/download/agricultura/Agricultura_Familiar_Bahia_2010_2015.pdf> Acessado em: 13 de julho de 2018.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **Agricultura e indústria no Brasil**: inovação e competitividade. Brasília: Ipea, 2017.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; FISHLOW, Albert. **Agricultura e Indústria no Brasil**: Inovação e Competitividade. Brasília. IPEA: 2017, 305.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel de. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba -SP, vol.52, Supl.1, p. 25-43, 2014.

APÊNDICE – Roteiro Semiestruturado de Entrevista

UFRB: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB

Curso: Tecnologia em Gestão de Cooperativas

Disciplina: TCC

Discente: Vivania de Jesus

Essa pesquisa tem como objetivo levantar informações relacionadas aos agricultores familiares, a saber: Quais as Especificidades que Identificam quem são os Agricultores Familiares no Município de São Felipe, Território Do Recôncavo da Bahia. Tomaremos todos os cuidados necessários para resguardar os participantes entrevistados de serem identificados, por isso o nome dos mesmos não serão divulgados. Sua participação é de grande importância para o meu Trabalho de Conclusão de Curso TCC. Desde já agradeço a todos pela colaboração.

Roteiro semiestruturado para a entrevista.

I. Identificação

AGRICULTOR (A)

1.1 Sexo: () Feminino () Masculino

1.2 Nome da comunidade

1.3 Idade

1.4 Escolaridade

1.5 Filho(s) ou parentes/agregados (que residem com os entrevistados)

1.6 Raça/Cor?

1.7 Profissão/Ocupação

1.8 A Sra(or) está incluído em algum programa social do governo, por exemplo, o Bolsa Familiar?

1.9 Qual a comunidade que a Sra(or)mora? Há quanto tempo?

2. Como é a propriedade do estabelecimento familiar/ arrendada/própria etc?

2.1 Qual o tamanho da propriedade?

2.2 Tem DAP física? Já acessou alguma política pública utilizando a DAP?

2.3 A Sra (ora) se baseia em algum costume ou tradição/crença para plantar ou colher? Usa algum tipo de fertilizante, adubação?

2.4 O que a Sra(or) usa para evitar/curar pragas na lavoura?

3. PLURIATIVIDADE (INFORMAÇÃO SOBRE PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO).

3.1 Aonde a Sra (or) trabalha: zona rural, urbana ou nos dois lugares?

3.2 Trabalha no próprio estabelecimento familiar, com quem?

3.3 Se tiver mais de uma atividade, qual é a principal?

3.4 Porque a Sra(or) desenvolve outra atividade (motivo)?

3.5 Qual o tempo: período integral, só meio período, período de festa ou outro?

3.6 Como é sua remuneração?

3.7 As atividades de agricultura é suficiente para Sra (or) e sua família viverem? Alguém da sua família pratica outra (as) atividade (es)? Qual(ais)?

3.8 Porque ele desenvolve outra atividade?

3.9 Quais são os produtos que o Sra(or) planta?

4. E nesta comunidade?

4.1 No estabelecimento familiar a Sra^a (or) têm outra atividade que não seja a agricultura?

Por qual motivo pratica?

4.2 A sua produção é para autoconsumo, o excedente comercializa, apenas comercializar, as duas coisas?

4.3 Quais os espaços/locais de venda de seus produtos para: feiras, feiras livre/municipal, feiras Estaduais, supermercados, Cooperativas, Associação, atravessadores etc...

4.4 Quais mercados de comercialização: comunitário/comunidade, local, territorial, institucionais – PAA, PNAE) Outro?

4.5 Como a Sra(or) se definiria/autoidentifica a partir do seu trabalho com a terra?

4.2 Como a Sra(or) se tornou uma pessoa que trabalha com a terra?

5. INFORMAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA.

5.1 Na sua comunidade, tem associação? O Sra(or) participa? É associado?

5.2 Se há associação na comunidade, a Sra(or) sabe quais são seus objetivos? eles estão sendo alcançados?

5.3 A Sra(or) participa de algum empreendimento que comercializa seus produtos? Como isso acontece?

5.4 Na sua opinião quais as principais dificuldades enfrentadas para a comercialização? E na associação?

5.5 A Sra(or) como agricultor recebe algum tipo de assistência técnica? Qual? Quem faz a assistência?

5.6 A Sra (or) já foi beneficiado por alguma política pública?

5.7 Em média qual composição da renda familiar total?

5.8 Valor retirado do trabalho da agricultura?

6. Valor retirado do trabalho de outras atividade?